

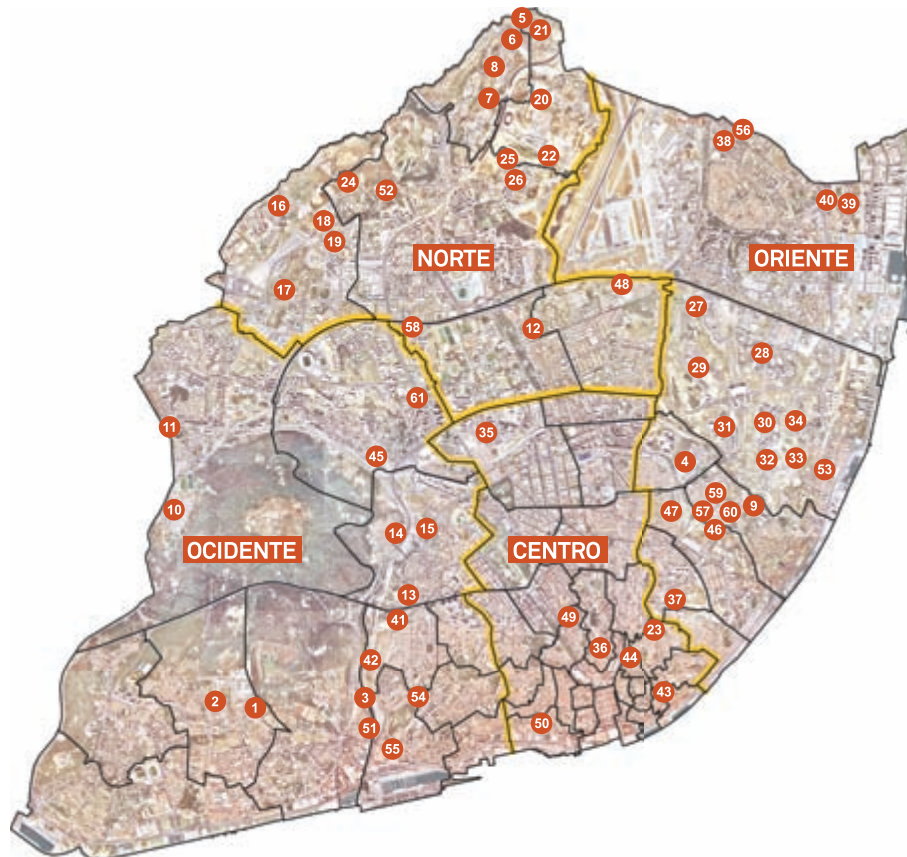


Câmara Municipal
Lisboa



Programa
Local de
Habitação
de Lisboa

Carta dos BIP/ZIP



BAIRROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA DE LISBOA

Relatório da Consulta Pública

Novembro 2010

Índice

- 1. Enquadramento•5
 - 1.1. O princípio da participação dos cidadãos•5
 - 1.2. O programa e a Carta dos BIP/ZIP•5
- 2. Metodologia e objectivos da consulta•7
 - 2.1. Objectivos e públicos-alvo•7
 - 2.2. Questionário e suportes de comunicação utilizados •8
- 3. Sessões públicas•11
 - 3.1. Primeira sessão pública – zona centro•11
 - 3.2. Segunda sessão pública – zona oriente•14
 - 3.3. Terceira sessão pública – zona ocidente•16
 - 3.4. Quarta sessão pública – zona norte•18
 - 3.5. Conclusões das sessões públicas•20
- 4. Workshop de especialistas •23
 - 4.1. Contributos sobre questões associadas à metodologia•24
 - 4.2. Contributos sobre a implementação do Programa dos BIP/ZIP•24
 - 4.3. Outros contributos e sugestões•25
 - 4.4. Resumo das intervenções individuais•25
 - 4.5. Outros intervenientes presentes no Workshop•30
 - 4.6. Conclusões•31
- 5. Respostas aos inquéritos e comentários recebidos•33
 - 5.1. Síntese•33
 - 5.2. Quantificação geral da participação•35
 - 5.2.1. Inquéritos•35
 - 5.2.2. Comentários•36
 - 5.3. Concordância com a Carta dos BIP/ZIP•37
 - 5.4. Propostas de alteração à Carta dos BIP/ZIP•37
 - 5.5. Problemas dos bairros - respostas às questões 3 e 4 do inquérito•39
 - 5.5.1. Análise dos inquéritos por zona da cidade•40
 - Total da zona centro•42
 - Total da zona oriente•43
 - Total da zona ocidente•44
 - Total da zona norte•45
 - 5.5.2. Análise dos inquéritos por tipologia BIP/ZIP•47
 - Total da tipologia AUGI •52
 - Total da tipologia Histórico•53
 - Total da tipologia Municipal•54
 - Total da tipologia Outro/Misto•55
 - 5.6. Comentários escritos•56
 - 5.7. Conclusões•61
 - 5.7.1. Conclusões gerais•61
 - 5.7.2. Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária como um conceito aberto•61
- 6. Referências bibliográficas•63
- Agradecimentos•65
- Ficha Técnica•65

1. Enquadramento

1.1. O princípio da participação dos cidadãos

O presente Relatório pretende dar a conhecer o processo e os resultados da consulta pública, realizada entre 14 de Julho e 30 de Setembro, sobre a Carta dos BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa) aprovada pela Proposta nº 363/2010, de 14 de Julho.

O Programa Local de Habitação (PLH), em que a Carta dos BIP/ZIP se insere, foi desde o início assumido como processo participativo. No caso concreto dos BIP/ZIP, deseja-se a interacção das diversas forças vivas presentes: as populações, através das associações de moradores e outras organizações, os eleitos locais, sendo as juntas de freguesia os interlocutores privilegiados, para além dos serviços e empresas municipais.

A consulta pública é um instrumento fundamental para o exercício de uma cidadania activa e para a valorização da democracia participativa, consagrada no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa. Também o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei 442/91 de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei 6/96, de 31 de Janeiro) estabelece a necessidade de garantir o direito à informação e o direito à participação dos cidadãos, nomeadamente nos artigos 7º e 8º, devendo a administração pública apoiar e estimular iniciativas dos particulares e assegurar a participação destes e das suas associações na formação das decisões que lhes digam respeito.

De referir ainda a Resolução nº 33/2010 da Assembleia da República, de 15 de Abril, que recomenda ao Governo a adopção de medidas de incentivo ao movimento associativo popular.

1.2. O programa e a Carta dos BIP/ZIP

A proposta de um programa para requalificação dos “bairros de intervenção prioritária” de Lisboa surge no âmbito dos objectivos do Programa Local de Habitação, aprovados em 2009.

O conceito e a metodologia de intervenção em bairros usualmente chamados “críticos” inspirou-se na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 143/2005, de 7 de Setembro, que aprovou a iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, consideradas decisivas na política de cidades. Segundo esta RCM, “Os programas de intervenção em cada bairro devem responder a problemas imediatos e, ao mesmo tempo, estimular a criação de novas oportunidades a partir das potencialidades existentes através de soluções desenvolvidas à luz de princípios orientadores (...)”, entre os quais se incluem: a natureza exemplar, inovadora e experimental das intervenções; a viabilidade dos projectos a concretizar; foco na reabilitação e qualificação habitacional, urbanística e ambiental; a coordenação estratégica e a participação cívica dos moradores.

O PLH assumiu a designação de “Bairro de Intervenção Prioritária” em vez de “Bairro Crítico”, tendo em conta que o agravamento da fractura socio-territorial é um fenómeno que o município deve combater, e que é no quadro de políticas de proximidade bem articuladas com as juntas de freguesia e a iniciativa local que se podem viabilizar respostas a situações de emergência social e urbanística, que são um desafio para o bem estar de toda a comunidade.

A primeira tarefa implicava a construção do conceito de “bairro de intervenção prioritária”, através de uma metodologia que conjugou pesquisa de indicadores socio-económicos, urbanísticos e ambientais com trabalho de terreno e consulta pública. Evoluiu-se para uma definição mais fina, que inclui não apenas Bairros de Intervenção Prioritária (BIP), mas também Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP).

A primeira Carta dos BIP/ZIP, instrumento fundamental para dar corpo ao Programa dos BIP/ZIP, foi submetida à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa em 14 de Julho e continha 61 localizações identificadas como BIP/ZIP. Após a consulta pública, cujos resultados constam deste relatório, a Carta dos BIP/ZIP a submeter à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) estabeleceu numa lista de 67 localizações.

A metodologia da construção Carta dos BIP/ZIP consta do relatório “Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP”, de Julho de 2010, que pode ser consultado em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1282045802P9tEK3ju0Xt58EY9.pdf>.

2. Metodologia e objectivos da consulta

2.1. Objectivos e públicos-alvo

Para efeito da consulta pública sobre a Carta BIP/ZIP, entendeu-se que seria importante alcançar três níveis distintos de participação. Um primeiro que incluísse a sociedade da forma mais abrangente possível (divulgação massiva), um segundo que fosse direccionado aos cidadãos e organizações com envolvimento a nível local (divulgação direccionada), e um terceiro com inclusão de especialistas das diversas áreas (divulgação qualificada).

Pretendeu-se fomentar uma participação alargada e diferenciada nas questões que envolvem o processo da determinação, identificação e delimitação da Carta dos BIP/ZIP, de forma a garantir desde o primeiro momento a criação de plataformas locais de responsabilidade e envolvimento na futura execução de programas, projectos e iniciativas.

Definiu-se um modelo de consulta pública que envolveu debates genéricos e especializados, divulgação de informação e recolha de opiniões.

O desafio deste modelo de consulta pública foi a fusão dos três tipos de participação: massiva, direccionada e qualificada.

Em matéria de debates, programou-se a realização de quatro sessões públicas, organizadas por zonas estabelecidas na cidade (centro, oriente, ocidente e norte), com o objectivo de garantir uma participação personalizada e de proximidade. Foi realizado também um workshop de especialistas com o objectivo de submeter este programa à análise crítica das várias áreas de conhecimento relevantes.

2.2. Questionário e suportes de comunicação utilizados

O processo de consulta pública sobre a Carta dos BIP/ZIP começou pela sua divulgação a 18 de Agosto, através da rede “mupi”. Usou-se como critério de divulgação a localização de proximidade aos bairros identificados na Carta.

ATÉ 30 SETEMBRO 2010
CONSULTA PÚBLICA

BIP/ZIP
BAIRROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA DE LISBOA

PARTICIPE:
<http://habitacao.cm-lisboa.pt>
Juntas de Freguesia | Associações de Moradores | Sessões Públicas

SESSÕES PÚBLICAS:

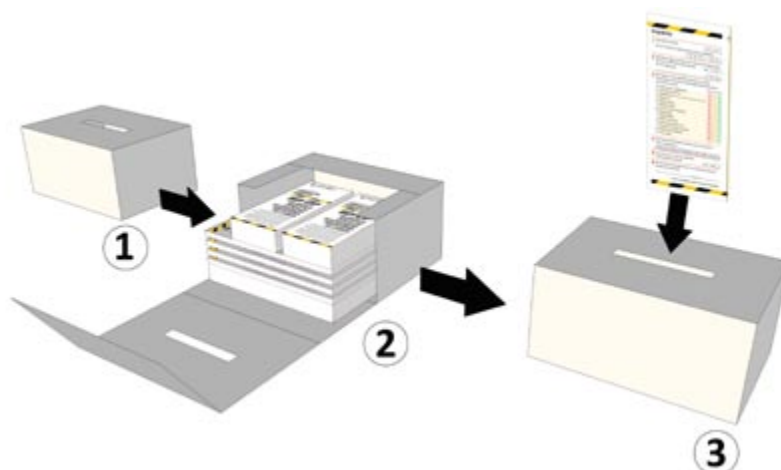
CENTRO	ORIENTE	OCIDENTE	NORTE
17 Setembro 18h00 Sector-Ribeira PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO DE LISBOA - CARTA DOS BAIRROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA DE LISBOA - CONSULTA PÚBLICA - 18h00	20 Setembro 18h00 Sector-Ribeira PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO DE LISBOA - CARTA DOS BAIRROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA DE LISBOA - CONSULTA PÚBLICA - 18h00	23 Setembro 18h00 Sector-Ribeira PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO DE LISBOA - CARTA DOS BAIRROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA DE LISBOA - CONSULTA PÚBLICA - 18h00	24 Setembro 18h00 Sector-Ribeira PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO DE LISBOA - CARTA DOS BAIRROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA DE LISBOA - CONSULTA PÚBLICA - 18h00
Placeta de Conselho Sala do Arquipaço PRACA DO MUNICÍPIO/SETOR RIBEIRA-CHADRO CARRIS SUL 106, 106, 110	BEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa Audifórum do edifício principal RUA CONSULHER ENGENHEIRO NAVARRO, 136 METRO CARRIS NOROESTE 106, 106	LX Factory Auditório da Lixtria/Lex Devagar RUA VENCEDOR PARRA, 102 (JUNTO AO LARGO D'ALVARO CARREIS 106, 106, 106, 106, 106)	Centro Social da Musgueira LARGO PARRA VIEIRA E FREIXE, 106, 106, 106, 106 QUERANA NOROESTE CARRIS 106, 106, 106, 106

Foi elaborado um questionário para inquérito, que visava medir a concordância ou discordância relativa à Carta dos BIP/ZIP, identificar os seus principais problemas e alterações. Na resposta ao questionário (anónima), pedia-se a identificação da residência pelo código postal, a indicação sobre se reside ou não num BIP/ZIP de acordo com a listagem da Carta (anexa ao questionário) e facultava-se a possibilidade de acrescentar comentários.

O questionário foi divulgado online e em suporte de papel, através de folhetos próprios.

Utilizaram-se os seguintes meios e suportes de comunicação:

- > Site do PLH (habitacao.cm-lisboa.pt): Inquérito com possibilidade de resposta online, espaço para comentários e link para consulta de documentos;
- > Email: Distribuição do inquérito, com links para consulta de documentos, a cerca de 1700 organizações civis;
- > Folhetos : Distribuição de 5.000 folhetos, com informação de base sobre a Carta dos BIP/ZIP e destacável com o inquérito, para recolha depois de respondido;
- > Kit da consulta pública: Contendo o relatório “Metodologia de Identificação e Construção da Carta dos BIP/ZIP”, folhetos com o inquérito, a Carta dos BIP/ZIP, um exemplar do MUPI e instruções para uso do Kit.

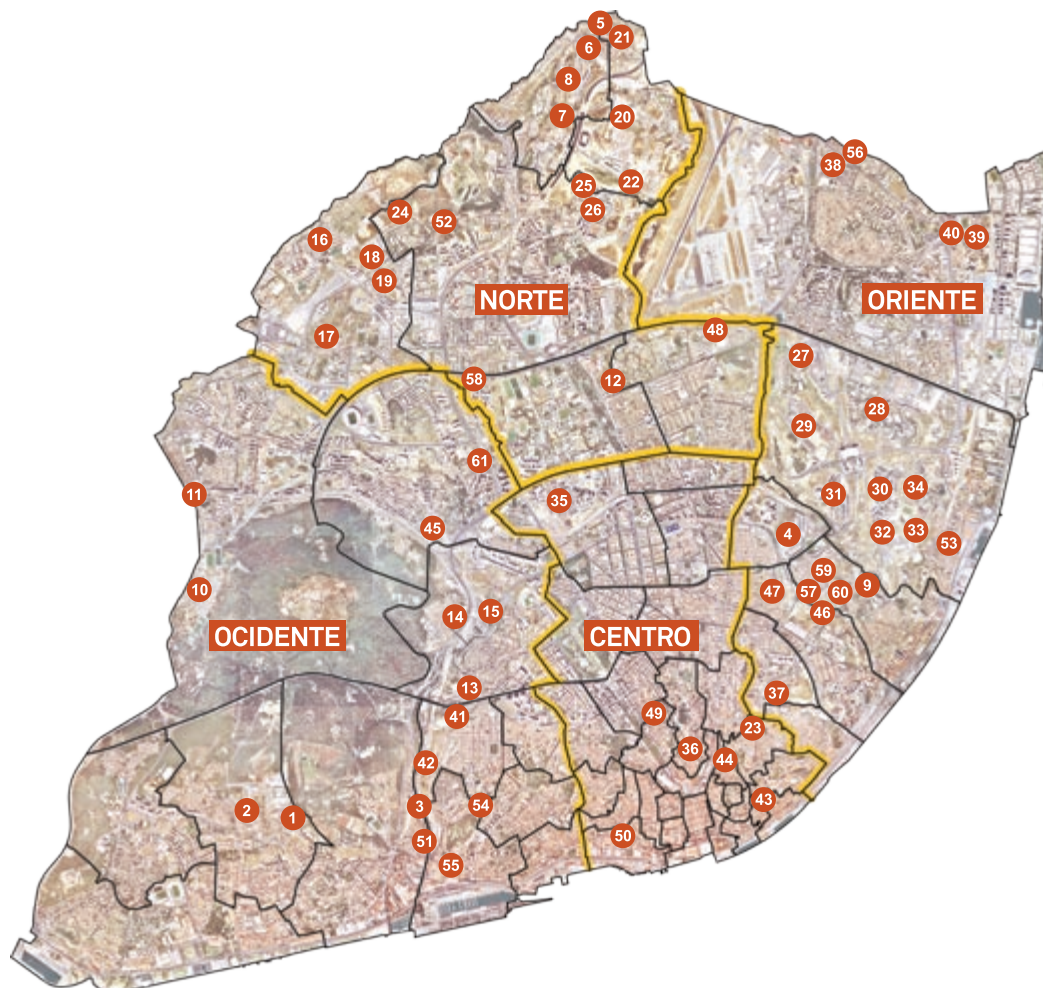


Foram distribuídos 85 Kits:

- > 53 pelas Juntas de Freguesia;
- > 15 pelos balcões da GEBALIS (gabinetes de bairro e sede);
- > 3 pelos balcões de atendimento da CML (edifício central do Campo Grande);
- > 14 a pedido das seguintes organizações civis, em resposta ao email enviado:
 - >> Associação Renovar a Mouraria
 - >> Associação de Moradores da Quinta das Laranjeiras
 - >> Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz
 - >> Associação de Moradores do Bairro São João de Brito
 - >> Associação de moradores PRODAC Norte
 - >> Associação de Moradores ex-Quinta Grande
 - >> Associação de Moradores Alfinetes e Salgadas
 - >> Centro Social da Musgueira
 - >> Programa K'cidade – Lavrado/Projecto Sementes; Bairro Horizonte (Fundação Aga Khan e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)
 - >> Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Zona Oriental)
 - >> Associação de Valorização Ambiental da Alta de Lisboa
 - >> Grupo Comunitário das Galinheiras e Ameixoeira
 - >> ICDI – Instituto para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional
 - >> SOS Racismo/Projecto Intervir

3. Sessões públicas

Foram organizadas quatro sessões públicas, dividindo-se para o efeito a cidade em quatro zonas, agrupando as freguesias do centro (28), oriente (7), ocidente (12) e norte (6).



Em cada sessão foi apresentada uma breve exposição sobre a metodologia seguida para a identificação dos BIP/ZIP e construção da Carta, seguida de debate com os presentes.

3.1. Primeira sessão pública – zona centro

A primeira sessão, dirigida às 28 freguesias da zona centro, realizou-se a 17 de Setembro, nos Paços do Concelho e abrangeu as freguesias de Alvalade, Anjos, Castelo, Coração de Jesus, Encarnação, Graça, Madalena, Mártires, Mercês, N^a Senhora de Fátima, Pena, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São João de Deus, São Jorge de Arroios, São José, São Mamede, São Miguel, São Nicolau, São Paulo, São Sebastião da Pedreira, São Vicente de Fora, Sé e Socorro.

Participaram os Presidentes das Juntas de Freguesia da Pena, Vítor Agostinho, São Vicente de Fora, Joaquim Lopes Ramos e Nossa Senhora de Fátima, Maria Idalina de Sousa Flora.

Marcaram presença três parceiros locais:

- > Agrupamento de Nossa Senhora de Fátima do Corpo Nacional de Escutas
- > Associação de Moradores da Quinta das Laranjeiras
- > Associação Renovar a Mouraria



A sessão pública registou 32 presenças e 11 intervenções, que se resumem em baixo:

» **Miguel Simões, residente na Freguesia das Mercês**

Pequeno empresário, tem processos pendentes com a câmara. Deixa como sugestão que a CML organize os processos antigos de maneira a resolvê-los. Pediu explicações sobre participação sobre obras de reabilitação.

» **Joaquim Candeias, residente na Freguesia dos Anjos**

É inquilino num prédio que sofreu obras coercivas. O proprietário pretende pagar à CML as referidas obras mas a Câmara ainda não o informou sobre o valor das obras. Como o interveniente quer comprar o fogo que habita e o proprietário não sabe quanto custa, escreveu carta há 2 meses à Vereadora a pedir informações. Queixa-se que ainda não obteve resposta.

» **José Narciso, residente na Freguesia do Socorro**

Perguntou sobre apoios aos senhorios; propôs instalação de caixas de sugestões nos bairros para garantir mais proximidade cidadãos/juntas; queixou-se de falta de segurança – deveria haver policiamento com alguma permanência nos lugares públicos.

» **Nuno Franco, Direcção da Associação Renovar a Mouraria**

Falta de Parque infantil; sugeriu pensar novos usos para a Praça Martim Moniz; perguntou se o Plano EPUL avança em Novembro. Alertou para aumento do tráfego de droga e confrontos graves entre traficantes na zona e risco sério para os moradores.

» **Frederico Guerreiro, residente na Freguesia dos Anjos**

Alerta para propriedade municipal devoluta em ruínas no largo do Cabeço da Bola (apresentou queixa ao Ver. Sá Fernandes e ao Presidente da CML). Uma fundação construiu um edifício (Lgo. Conde Pombeiro à R. de Sta. Bárbara) e uma escadaria que permanece sem iluminação da rede pública, o que favorece os assaltos, sem corrimão e sem nome. Na rua de Santa Bárbara, existe um chafariz (Beco do Félix) mal utilizado por traficantes que deixam correr a água por largos períodos. Estes traficantes ocupam um edifício de uma cooperativa com sede em Caxias; Estacionamento desordenado também no Cabeço da Bola. Deixou fotos dos locais de que falou.

» **Marina Romualdo, residente na Freguesia de São Miguel**

Falou sobre as obras da Rua de São Pedro número 23, 2º Dto. Não compreende a demora dos arranjos do fogo. Família constituída por 5 elementos: um casal (pais), a própria (25 anos), a irmã (19 anos) e a avó (83 anos). Viviam numa casa onde cada um tinha o seu quarto e espaço. O fogo da Rua de São Pedro nº23, 2ºdto, em 2005 teve que ser despejado para umas “rápidas” intervenções. Com a falta de fogos disponíveis em Alfama foram instalados numa casa só com 2 quartos e num quarto andar. Foi-lhes dito que no máximo iriam estar neste fogo 2 anos. Já passaram 5 anos e continuam na mesma. A avó tem graves problemas de saúde e está a piorar por estar naquele fogo. Já comunicaram isto há cerca de 2 anos e continuam sem resposta. O caso está a ser acompanhado pela U.P. Alfama; enviou também a reclamação por mail.

» **Cândida dos Remédios, residente na Freguesia da Pena**

Problemas de habitação, estado de conservação, problemas com o senhorio. Inscreveu-se para ter casa da Câmara, teve 34 de pontuação. Na 2ª inscrição teve 29 pontos. A casa onde habita recebeu intimação para obras. Está sem alternativa habitacional.

» **Maria Amélia Gonçalves, residente na Freguesia da Pena**

Na qualidade de inquilina, apresenta queixa contra o proprietário que não faz obras no prédio.

» **Pedro Aparício, dirigente de Agrupamento de N.S. de Fátima do Corpo Nacional de Escutas**

O programa Porta 65 Jovem deveria ser mais abrangente. As intervenções devem ser integradas. Que equipamentos fazem falta na cidade? Que destino para as instalações fabris desocupadas? Por que não para centros de inovação e desenvolvimento?

» **José Caiado, residente na Freguesia da Ajuda**

Compra, restaura e aluga prédios. Propõe apoios aos senhorios para mudar inquilinos enquanto decorrem as obras; afirma haver zonas onde é completamente impossível cumprir o RGEU.

» **Ana Catarino, residente na Freguesia de N.S. de Fátima**

Vive com os pais num prédio (pertencente ao pai) em mau estado de conservação; existe mais um fogo habitado; o prédio não está em propriedade horizontal e, ao longo dos anos, nunca chegaram a acordo para fazer obras; pede ajuda à câmara.

A Presidente da Junta disponibilizou-se para receber o caso dar apoio através da sua jurista.

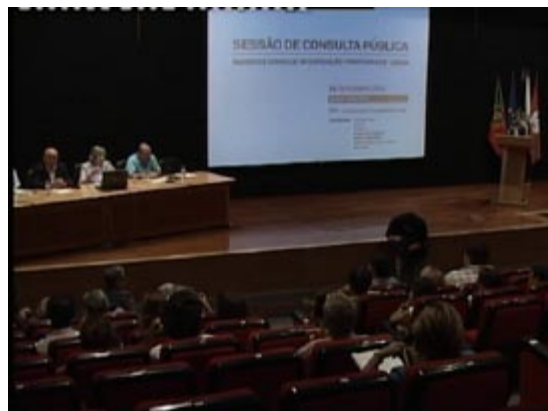
3.2. Segunda sessão pública – zona oriente

A segunda sessão realizou-se a 20 de Setembro, no Auditório do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e dirigiu-se às 7 freguesias da zona Oriente: Alto do Pina, Beato, Marvila, São João, Santa Engrácia, Santa Maria dos Olivais e Penha de França.

Participaram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Marvila, Belarmino Silva e o vogal da habitação, António Alves; Penha de França, Maria Elisa Madureira Carvalho e São João, José Maria Bento de Sousa.

Marcaram presença 14 Parceiros Locais:

- > K' Cidade
- > Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos ARPI – Olivais
- > Movimento Associações Contra a Renda Apoiada
- > Instituto da Droga e da Toxicodependência
- > Comissão de Moradores do Bairro dos Lóios
- > Grupo Desportivo de Chelas
- > Associação ARIA
- > Movimento Associativo de Marvila
- > Associação de Moradores da Quinta das Laranjeiras
- > Associação Aguiense – Associação Guineense de Solidariedade Social
- > Grupo de Moradores do Bairro das Amendoeiras
- > Associação Tempo de Mudar
- > Associação de Moradores da Quinta do Chalé
- > Associação de Moradores Bairro do Vale Fundão



A sessão pública registou 57 presenças, tendo-se registado 8 intervenções, que se resumem em baixo.

» João Queiróz, Parceiro Convidado

Equipa de intervenção comunitária do programa K'Cidade – SCML/AKF, no vale de Chelas

Apresentação dum projecto relativo ao processo participativo no Bairro Horizonte que tem como parceiros a Comissão de Moradores, técnicos do K'Cidade e a Junta de Freguesia.

Metodologia: inquéritos / reconstituição histórica / desenhos de crianças e maquete para recolha de opiniões no bairro (Apoio do programa Escolhas - 20 mil €/ano).

» **Joaquim Manuel, M. A. Renda Apoiada (Marvila)**

Alienação da Quinta do Chale (1978/79, cooperativa); CML entra em 1981; questiona a definição do valor de venda por parte da CML.

» **Victor Ferreira, Assembleia de Freguesia de S. João**

Estrada de Chelas – artéria que estava contemplada no PUC agora tem barracas e toxicodependência; Quinta do Lavrado – Assaltos; Bairro Horizonte – conflito com nova escola prevista.

» **Isabel Leal, APIB Olivais Norte (lote c11 – Estr. De Circunvalação)**

Bº Alfredo Bensaúde – não tem equipamentos; estrada cheia de buracos, muito mau estado; limpeza urbana, lavagem de ruas; mau estado das infraestruturas; inundação no prédio da associação, a água escorre pelas paredes exteriores, tem infiltrações numa empena

» **Alexandre Fortes, residente na Freguesia de São João**

Quinta do Lavrado – abrir rua para acabar com zona de lixos, ratos, etc da ETAR; bairro com problemas de droga.

» **Luís Carvalho, Associação de Moradores da Quinta das Laranjeiras**

Tem havido reuniões com os lotes; elevadores – Torres 9 pisos – estão 4/5 meses avariados; placas protectoras das entradas que desapareceram no inverno, lotes sem placas de protecção nas entradas; não há campainhas; problemas nas partes comuns;

problemas de espaço público – parque infantil vandalizado

» **Fernando Ká, direcção da AGUINENSO - Associação Guineense de Solidariedade Social**

Apoio aos jovens – Gebalis cedeu espaço – necessitam de perspectivas para os jovens -

Zona J/Bº Flamenga. Não têm meios para continuar projectos por falta de verba para reconstruir sede, mas têm mão-de-obra – pede apoio à CML e à J. F.

» **Mª Rosário Alves, Marvila**

R. José do Patrocínio, Quinta dos Padres, nº 2 - 2º. A casa foi vandalizada – escreveu duas cartas – nesta rua foram todos realojados, mas o seu agregado não foi. Candidatou-se ao novo regulamento mas teve pontuação baixa.

3.3. Terceira sessão pública – zona ocidente

A terceira sessão realizou-se a 23 de Setembro, na Livraria Ler-Devagar e dirigiu-se às 12 freguesias da zona Ocidental: Ajuda, Alcântara, Benfica, Campolide, Lapa, Prazeres, Santa Isabel, Santa Maria de Belém, Santo Condestável, Santos-o-Velho, São Domingos de Benfica e São Francisco Xavier.

Participaram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcântara, Maria Isabel Homem Leal de Faria e de Santos-o-Velho, Luís Monteiro, bem como a secretária do executivo de São Francisco de Xavier, Helena Lencastre e um elemento de Campolide, António Henriques.

Marcaram presença 3 Parceiros Locais:

- > Associação de Moradores do Bairro das Furnas
- > Associação de Moradores de Alcântara
- > Associação de Moradores da Quinta das Laranjeiras



A sessão pública registou quarenta comparências, tendo-se registado oito intervenções que se resumem em baixo:

» Graça Guedes, Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Dois bairros da freguesia: Bairro das Furnas: problemas nas casas, faltam elevadores; faltam instalações sanitárias adaptadas a idosos nos jardins. Bairro da Palma de Baixo: sabe que em 2001 houve um PP, mas nunca mais soube de nada. É um bairro histórico, funcionava lá a fábrica da Viúva Lamego; é um bairro que precisa de obras.

» Luís Gomes, residente da Freguesia de Campolide

Reunião em Junho sobre PDM – Bairro da Liberdade. Deixou de ter prédio mas continua a pagar às finanças – quer saber se pode construir ou não.

» Anabela Midões, residente da Freguesia de Santo Condestável

Rua Arco do Carvalhão – demoliram a Quinta do Capitão e a Cafeteira e a água agora escorre para casa da queixosa. R. Arco do Carvalhão 198/200 - casa privada devoluta, em redor da qual crescem muitas árvores, ratos, etc. Nesta rua existem muitos maus cheiros, deficiente recolha de lixo, falta de lavagem das ruas.

» **Fernanda Urbano, residente da Freguesia de Santo Condestável**

Nas traseiras da R. M^a Pia existe um terreno que liga a umas fossas, muitos ratos e muitas cobras – há mais de 10 anos que insistem junto da CML e da J. F. (deixaram muitas fotos) e ninguém resolve a situação.

Rua do Arco do Carvalhão, 193 (edifício municipal com empreitada) – entregou fotografia, cobras, ratos, esgotos nas casas

» **Laurindo Santos, residente da Freguesia dos Prazeres**

Não percebe por que é que só estão sinalizados a Pampulha e a Possidónio da Silva quando há muitos mais locais na freguesia que necessitam, como por exemplo:

Travessa da Horta Navia (quando se sobe a M^a Pia, é a 1^a rua à esquerda) – muito abandonada, não fazem recolha de lixo, uma desgraça. Rua da Costa – 8 prédios devolutos, alguns parecem (?) ser camarários. Infante Santo – empreendimento recém licenciado (João Coutinho)

Fazem falta creches na freguesia. O aspecto social da freguesia é gravíssimo – só existem 2 centros de dia da SCML, ½ creche, falta 1 berçário. No Orçamento Participativo do ano passado deu a ideia de se adaptar o Dispensário Rainha Dona Amélia a creche. Deixa a pergunta – os projectos fazem-se na junta e entregam-se na Câmara? Quais os critérios para escolha de projectos BIP/ZIP? Como é que se pode controlar as rendas? O Bairro de Alcântara tem casas muito caras para venda.

» **António Henrique, residente da Freguesia de Campolide**

Quinta do Zé do Pinto – Projecto EPUL de 1994 – onde está? Desapareceu? Já tentou saber junto do Ver. Sá Fernandes e não conseguiu. Quinta do Tarujo: em que ponto se encontra.

» **Vítor Sarmiento, residente da Freguesia de Alcântara**

Parabéns à iniciativa, embora haja sítios que necessitam e que não estão incluídos nos BIP/ZIP. Por que é que os bairros Cascalheira/Alvito Velho são o BIP 51 e não são sequenciais do Quinta do Cabrinha/Loureiro. Como se vai articular a intervenção destes bairros com o plano de urbanização do Vale de Alcântara? Prédio do início da R. da Cruz – a Câmara delegou numa empresa a tarefa de procurar os inquilinos. Dispensário de Alcântara – há muito que é vontade da junta, não é só com esta presidente, de o transformar em creche que sirva as duas freguesias.

A Presidente Junta informou ter novidades positivas da SRU Ocidental relativamente à R. José Dias Coelho (já está emparedado). Como é que se vai interligar tudo? Tem a ver com o PUAlcântara que está entregue à REFER e a uma empresa de projecto. Posteriormente vai a sessão de câmara e será objecto de consulta pública.

» **Ana Catarino, residente da Freguesia de Santo Condestável**

Muita satisfação pela tentativa de ajuda na sessão dos Paços do Concelho.

R. Arco do Carvalhão – existem terrenos camarários expectantes, as pessoas foram realojadas noutros sítios e resultou nestas lacunas que agora se vêem, os locais ficaram ao abandono. Junto à mina do Arco do Carvalhão ficou um vazio – lixo, árvores, animais, toxicodependência. Estão a arranjar esse espaço mas os moradores estão preocupados que venha a ser utilizado por quem não deve. R. Maria Pia – Caótica em termos de buracos, casas devolutas que estão a ser ocupadas.

3.4. Quarta sessão pública – zona norte

A quarta sessão realizou-se a 24 de Setembro, no Centro Social da Musgueira. Abrangeu as 6 freguesias da zona norte: Ameixoeira, Campo Grande, Carnide, Charneca, Lumiar e São João de Brito.

Participaram os Presidentes das Juntas de Freguesia da Ameixoeira e Charneca, Maria Albertina Ferreira e Maria da Graça Resende Pinto Ferreira.

Marcaram presença treze parceiros locais:

- > Associação de Moradores das Galinheiras
- > Projecto Intervir
- > APAEAL – Associação de Pais do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar
- > Centro de Saúde do Lumiar
- > Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- > Grupo Comunitário das Galinheiras e Ameixoeira
- > SOS Racismo
- > K' Cidade
- > ICDI – Instituto para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional
- > Fundação Benfica
- > MDV – Movimento Defesa da Vida
- > Associação de Moradores de S. João de Brito
- > ARAL - Associação Residentes da Alta de Lisboa



Esta sessão contou com a adesão de 45 comparências tendo-se registado 6 intervenções que se resumem em baixo:

» Presidente da Junta de Freguesia da Charneca

Alto do Lumiar/Charneca – Interior habitações; espaços comuns; degradação, segurança

Centro Histórico – ponto de situação do PP

Bº Peneireiras, onde passará o eixo Norte/Sul – quando saem os residentes?

Galinheiras – destacar a parte do bairro na sua freguesia.

» **Presidente J. F. Ameixoeira**

- Quinta dos Cântaros, entre a pista atletismo e o SIS, ficaram esquecidas 7 famílias, não têm acesso nem transportes, pessoas idosas.
- Zona histórica da Ameixoeira, trânsito, carros não se cruzam, só passam à vez, porque não têm espaço;
- AUGI Mourisca – Zona mais prioritária
- AUGI Galinheiras – faltam creches – existe apenas um da SCML quase exclusiva para etnia cigana;
- só 1 centro de saúde
- lixos, limpeza geral - deficitários

» **José Saraiva, residente na Freguesia da Ameixoeira**

- Falta de conhecimento da sessão, não teve acesso ao folheto em casa
- em 2000 foi expropriado por causa da construção de um via e foi-lhe dito que seria realojado, mas não foi porque a via não chegou a ser feita
- casas em mau estado
- Vila M^a do Rosário
- Vila M^a Guimarães – só tem protecção de ruído num condomínio, falta limpeza e segurança
- Existe um túnel onde os carros passam a altas velocidades e fazem um barulho enorme e fumarada

» **Mariana Caetano, residente da Freguesia da Ameixoeira**

- Eixo Norte/Sul mesmo ao lado, a Junta arranhou-lhe o telhado, não tem acessos à casa, falta de segurança. Terrenos das Calvanas por regularizar, estão 7 famílias nas mesmas condições.

» **Joãozinho Lé, Direcção do Instituto para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional**

- Valorizar pessoas e não discriminar
- Junto à Junta da Charneca não há equipamento para as pessoas se reunirem, a CML deveria dar equipamento
- necessidade de espaço de encontro e articulação entre moradores e escolas – a escolas está fechada ao bairro
- precisam de espaço para a sua actividade, podiam utilizar as garagens – têm projecto

» **Vítor Mendes, Direcção da Associação de Moradores das Galinheiras**

- Problema de comunicação – os folhetos não foram distribuídos porta a porta
- casas devolutas – quando se resolve o problema?
- limpeza
- qual o papel da GEBALIS?
- falta considerar áreas da Ameixoeira como AUGI – são 6 e só estão 4. Destaca o Alto do Chapeleiro e as Galinheiras
- Vivências dos PER é diferentes das AUGI

» Aquino Noronha, residente da Freguesia de S. João de Brito

- Verba dos BIP é muito pequena – é um “penso rápido”
- ANA tem inviabilizado sempre a regularização do bairro, mas é um falso problema

3.5. Conclusões das sessões públicas

As quatro sessões públicas contaram na sua totalidade com 174 participantes e resultaram num conjunto de 33 intervenções.

Os problemas identificados pelos munícipes são praticamente transversais a todas as freguesias, sendo que a sua ordem de importância varia consoante se trate do centro da cidade, do norte, oriente e ocidente.

Assim, os principais problemas referidos relacionam-se com questões de:

- > Edificado – mau estado de conservação das habitações e queixas contra os senhorios (privados e municipal)
- > Higiene urbana – inexistente limpeza de ruas e insuficiente recolha de lixo
- > Segurança – ligada ao consumo/tráfego de estupefacientes, bem como à existência de edifícios e terrenos devolutos propícios a estas práticas
- > Espaço público – criação de espaços verdes e de lazer, e manutenção em boas condições dos existentes
- > Equipamentos de proximidade – vocacionados para a ocupação de crianças, jovens e idosos
- > Estacionamento – falta de lugares de estacionamento/estacionamento desordenado
- > Transportes/mobilidade – fraca cobertura de algumas zonas da cidade, em especial na coroa norte

Atendendo à divisão territorial das sessões por grupos de freguesias do centro, oriente, ocidente e norte, podemos dizer que as três carências principais apontadas pelos seus munícipes se reflectem nesta ordem:

» Centro:

- 1ª. Mau estado do edificado/queixas contra senhorios
- 2ª. Insegurança devida ao consumo e tráfego de estupefacientes
- 3ª. Estacionamento desordenado

» Oriente:

- 1ª. Insegurança devida ao consumo e tráfego de estupefacientes
- 2ª. Higiene urbana – pouca recolha de lixo e nenhuma limpeza de ruas
- 3ª. Espaço público

» Ocidente:

- 1ª. Higiene urbana – acumulação de lixo, roedores e répteis resultantes de demolições de edifícios
- 2ª. Insegurança associada ao primeiro aspecto e ao surgimento de tráfego e consumo de estupefacientes nesses locais

3ª. Fraca cobertura de equipamentos destinados a crianças e idosos

» **Norte:**

1ª. Habitações sem condições mínimas de habitabilidade

2ª. Fraca cobertura de transportes

3ª. Maus acessos

Apesar de terem sido referidas algumas zonas da cidade que não se encontram integradas nos BIP/ZIP propostos, a maioria são situações pontuais que cabe à CML resolver mas não no quadro deste programa. Destacam-se em particular situações que se relacionam com a limpeza de terrenos municipais onde decorreram demolições e o reforço na recolha de lixo e limpeza de ruas, assim como uma melhor manutenção dos espaços públicos.

Outro aspecto transversal às intervenções relaciona-se com a falta de segurança associada ao aparecimento de novos locais de tráfico e consumo de estupefacientes que tem consequências evidentes no ambiente dos bairros, agravada pela desocupação dos jovens. Segundo os moradores, este aspecto poderá ser minimizado com a criação de mais equipamentos desportivos e apoio social local.

Relativamente à alteração e/ou propostas de inclusão de novos bairros ou zonas na Carta dos BIP/ZIP, os locais mais salientados pelos munícipes como merecedores de um especial cuidado, pela sua fragilidade socio-urbanística, foram:

- > Rua Maria Pia/Arco do Carvalhão
- > Largo Cabeço de Bola/Rua das Barracas
- > Bairro das Peneireiras
- > Campo das Amoreiras
- > Estrada de Chelas

4. Workshop de especialistas

Realizou-se uma sessão nos Paços do Concelho, no dia 28 de Setembro de 2010 entre as 10.00h e as 15.00h, com a presença de 38 peritos provenientes de várias academias do país (Lisboa, Coimbra e Porto) entre arquitectos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, economistas e gestores de programas comunitários, bem como de peritos em questões de segurança e activistas de movimentos locais.



Houve 21 intervenções que permitiram um debate muito rico e pluridisciplinar, que cruzou experiências de investigação académica sobre processos emergentes de melhoria do habitat com práticas profissionais diversas, destacando-se os testemunhos de alguns actores pioneiros do primeiro processo de democracia participativa na habitação em Portugal, o programa SAAL, a seguir ao 25 de Abril.

A principal recomendação deixada pelos intervenientes, que de modo geral consideraram inovadora e até ousada a metodologia do programa BIP/ZIP, foi o cuidado que é preciso na sua implementação no terreno. A continuidade e estabilidade do programa são essenciais, bem como o seu suporte técnico e financeiro, de forma a não defraudar as expectativas iniciais. Questionou-se também a necessidade de clarificar muito bem desde o início quer os objectivos das operações a desenvolver (se são operações de animação urbana ou processos integrados de regeneração urbana), quer a repartição de responsabilidades, pois existem muitos instrumentos, programas e serviços a trabalhar no terreno, tornando necessária uma boa articulação entre todas as organizações. Foi sublinhada a importância da capacidade de articulação interna entre vários serviços e pelouros camarários, chamados a intervir num processo transversal e emergente, contrariando a prática dominante que é hierárquica, burocrática e sectorial. A participação da população desde o início, a nível da própria definição do programa, foi considerada essencial e distintiva deste programa, quer se trate de pequenos projectos quer de intervenções de fundo, pois essa é uma das garantias de êxito deste tipo de abordagens “de baixo para cima”.

Foram deixados alguns alertas sobre as expectativas deste tipo de programas, que em caso de impossibilidade de concretização desacreditam a autarquia. Foi referido ainda que nem sempre as associações de moradores reflectem as situações de maior pobreza dos “bairros críticos”.

Foram dados contributos importantes, quer sobre questões de metodologia, quer sobre a implementação do programa, quer sobre aspectos específicos a não esquecer.

4.1. Contributos sobre questões associadas à metodologia

Sobre estas questões, resumimos os principais contributos:

> que se aprofundasse a dimensão social do diagnóstico, através de indicadores de caracterização social e demográfica, que abrangessem, por exemplo, a população pré-escolar e a população idosa que vive isolada; em especial foi referida a necessidade de incluir a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre os parceiros.

> Que fossem criadas tipologias, dentro do universo BIP/ZIP, devido à diversidade dos territórios identificados, procurando conjuntos com problemáticas afins. Concretamente foi sugerida a diferenciação entre bairros históricos, AUGIs, bairros municipais geridos pela GEBALIS e “outros” para as restantes situações.

> Que a “vitalidade urbana” de cada bairro fosse avaliada através de uma caracterização mais profunda que inclua a história e génese do próprio bairro, elementos essenciais para a identidade e auto-estima dos seus habitantes.

> Que o conceito de planeamento emergente fosse associado a planos expeditos, identificando o que cada bairro mais precisa, do ponto de vista social e ou físico.

> Que se procurasse a articulação deste programa com os concelhos envolventes.

> Foi ainda considerada inovadora a forma como se trataram os indicadores, incluindo a associação das acessibilidades à identificação dos BIP/ZIP

> Foi sugerida a necessidade de se promover uma reflexão sobre o conceito de “habitação social”.

4.2. Contributos sobre a implementação do Programa dos BIP/ZIP

> Defendeu-se a necessidade de uma estrutura pequena de coordenação eficaz, forte e multidisciplinar que garanta o acompanhamento de equipas técnicas no terreno.

> Propôs-se um sistema de monitorização que não só permita aferir o trabalho internamente mas também vá “prestando contas” para o exterior, credibilizando o trabalho da própria autarquia.

> Sublinhou-se que deve haver uma estratégia de sustentabilidade e co-responsabilidade com aqueles bairros que demonstram mais interesse e maior capacidade organizativa.

> Dada a complexidade do funcionamento da máquina administrativa da cidade, é preciso garantir uma boa articulação entre as “pequenas intervenções” e as intervenções estruturais que não dependem apenas das Juntas e Associações.

> É preciso definir bem o modelo de financiamento e de candidatura aos projectos de intervenção que devem assentar num bom diagnóstico local

> Há que garantir uma polícia de proximidade nas zonas mais problemáticas, pois os estudos efectuados pela PSP indicam que, apesar do problema do edificado estar resolvido em muitas situações, os problemas sociais são de grande importância; foi sugerida a promoção de parcerias com a PSP, particularmente na fase de elaboração de projectos de maior dimensão dentro do programa, como por exemplo a celebração de Contratos Locais de Segurança

4.3. Outros contributos e sugestões

> Importância das acessibilidades pedonais e dos espaços verdes urbanos, articulados com o comércio local e com as necessidades dos moradores; neste contexto foi sinalizada a desejável abertura de áreas destinadas a comércio que se encontram emparedadas, nomeadamente em bairros municipais

> Especial cuidado com espaços dirigidos a idosos e crianças, assim como equipamento desportivo associado à ocupação de jovens.

> Boa iluminação pública

4.4. Resumo das intervenções individuais

» Filipe Lopes, arquitecto, responsável pelo SAAL em Lisboa e ex-Director Municipal da Reabilitação Urbana

Referiu dúvidas sobre a construção dos indicadores, embora reconheça que traduziram na prática um conhecimento empírico da cidade. Referiu a importância de haver uma continuidade política neste tipo de projectos, recordando a sua própria experiência no processo SAAL e nos gabinetes locais de reabilitação urbana. Para a constituição de equipas transversais, face à diversidade dos BIP/ZIP, considera necessário estabelecer tipologias para apurar a forma mais correcta de intervir.

» António Baptista Coelho, arquitecto, investigador do LNEC e dirigente do movimento cooperativo

Invocando o seu testemunho como investigador e sobretudo como cooperativista, referiu sete pontos decisivos para a qualidade do habitat: reconhecimento da diversidade das situações na implementação do projecto; importância das acessibilidades pedonais em articulação do comércio local; criação de espaços verdes urbanos eficazes, em articulação com as acessibilidades, permitindo a apropriação do espaço pelos moradores; polícia de proximidade; apoio específico para espaços dirigidos a idosos e crianças; importância de equipamento desportivo nos bairros; papel das cooperativas em intervenções de pequena escala.

» Fernando Pais Afonso, director geral da Associação das Empresas de Construção Civil e Obras Públicas do Sul (AECOPS) e ex-membro da direcção da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa

Invocou o seu testemunho na direcção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recordando que a CML e a SCML são os principais proprietários do património imobiliário da cidade, grandes responsáveis pelo abandono dos centros históricos. A SCML é a segunda maior proprietária de imóveis da cidade e pela sua intervenção social e devia ser parceira neste programa. Manifestou a importância de criar indicadores que permitam avaliar as condições da população idosa isolada. Considerou que os indicadores utilizados na metodologia da Carta dos BIP/ZIP são insuficientes, dado não representarem, por exemplo, a cobertura da rede infantil e idosa isolada da população. O levantamento da rede pré-escolar feito pela SCML revelou que 25% das crianças não toma o pequeno-almoço antes de chegar à escola.

» Ana Pinho, arquitecta, investigadora no LNEC, Comissária para a Habitação na Carta Estratégica de Lisboa

Elogiou a “coragem” do programa. A principal dúvida que levantou foi o facto de se terem abandonado na cartografia muitos dos indicadores da bateria inicial. Sistematizou as seguintes dúvidas metodológicas: como e porquê se deixaram cair algumas das variáveis apresentadas no diagrama das dimensões afectas ao fenómeno dos BIP/ZIP? Qual o significado de “filtragem manual” de subsecções que não se enquadram

na definição de BIP/ZIP? Alertou ainda para o facto de o indicador sobre a idade média dos edifícios poder conduzir à distorção dos resultados.

» **José António Bandeirinha, arquitecto, professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Coimbra, especialista na análise do processo SAAL**

Considerou o Programa Local de Habitação um instrumento fundamental para Lisboa e elogiou o programa dos BIP/ZIP, constatando que a grande diferença é ser elaborado “de baixo para cima”. Deixou o desafio de saber como dinamizar a iniciativa local para reocupar os centros das cidades. Disse que se a cidade no século XIX dominou culturalmente o subúrbio, hoje é o inverso. Considera um logro a teoria de que não se deve densificar o centro.

» **Francisco Silva Dias, arquitecto, ex-professor da Faculdade de Arquitectura de Lisboa da Universidade Técnica de Lisboa, quadro superior do extinto GTH de Lisboa**

Referiu que o trabalho apresenta alguma frieza por se basear sobretudo em índices numéricos, faltando uma análise histórica e “emotiva” dos locais. Relembrou a zona J de Chelas como um laboratório de urbanismo, em que a relação entre população e número de associações é muito elevada. Pensa que falta uma análise que compreenda a dinâmica urbana que se vem verificando em lugares como o Intendente, os Anjos, a Morais Soares e o Alto do Pina. Existe uma tendência de “patriotismo do lugar”. Sugeriu que se evite a utilização da palavra “bairro” que pode implicar isolamento. Considerando no entanto que a análise da Carta BIP/ZIP está bem feita mas que o “salto” era fraco.

» **João Ferrão, geógrafo, professor no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ex-Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades**

Considerou 3 pontos essenciais para a concretização das propostas apresentadas:

Estabilidade - a continuidade dos projectos é fundamental para que tenham êxito; exige uma estrutura de coordenação central, pequena mas muito eficaz, programas plurianuais e um sistema de monitorização que permita aferir o trabalho internamente e informar para o exterior; clareza de objectivos – é factor fundamental de confiança, sendo complicado gerir um território de geometria variável no qual os 61 BIP/ZIP requerem soluções diferentes, e sendo de evitar expectativas que, uma vez defraudadas, atiram a autarquia para o descrédito; repartição de responsabilidades - existem muitos instrumentos, muitos serviços e por vezes quando estes se sentem ultrapassados poderão minar o processo e as boas propostas. Deixou a questão de saber se a lista dos BIP/ZIP era uma lista aberta ou não.

» **Fernando Santo, engenheiro, administrador da EPUL, ex-bastonário da Ordem dos Engenheiros**

Fez um panorama das políticas de habitação desde os anos 60 e 70, saudando os pioneiros presentes. Lembrou a década de 80 com o FMI e os juros bonificados. No final dessa década, com a entrada dos fundos comunitários, Portugal passou a ser “um país rico” e fez “muitos disparates”. O PER foi uma oportunidade perdida para a reabilitação urbana, pois se se erradicaram as barracas ignoraram-se as dezenas de milhar de famílias em “casas alugadas com buracos”. É tempo de reflectir sobre o conceito de habitação social. Considera que estamos a aplicar regulamentos do século XXI sobre edificado doutros tempos, e que isto tem enormes custos.

» **Teresa Craveiro, urbanista, directora do Departamento de Planeamento Estratégico da CML**

Referiu a importância do cruzamento entre as cartas de equipamentos e os BIP/ZIP. Defendeu o conceito de planeamento emergente através de planos expeditos. Face à geometria variável dos BIP/ZIP, defendeu

a criação de tipologias, agrupando-os nos seguintes conjuntos: Áreas históricas; AUGIS; bairros municipais, geridos pela Gebalis; e outros.

» **João Farinha, professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, especialista em Agenda 21 e processos participativos**

Considerou o trabalho demasiado fechado sobre Lisboa, propondo que seja articulado com os concelhos limítrofes. Referiu que os recursos financeiros (1 milhão de euros por ano) eram muito baixos, atendendo ao número de BIP/ZIP sinalizados. Defendeu uma estratégia de sustentabilidade para cada bairro como um caminho a percorrer, em que o grande desafio é passar à acção.

» **Luís Elias, Sub-Intendente da Polícia de Segurança Pública**

Referiu que a PSP tem efectuado estudos sobre as “zonas urbanas sensíveis” da área metropolitana de Lisboa, com maior grau de risco e índices de criminalidade. Considerou o estudo bem elaborado mas “não devemos ser naifs” relativamente aos problemas estruturais de uma grande complexidade nos bairros em causa. Considera que a dimensão social desta carta de BIP/ZIP deve ser mais aprofundada. Não basta construir bairros pois as condições sociais de quem lá habita se mantêm. Afirmou que existem casas da CML que são subalugadas para traficar droga. Há residentes que são conhecidos no bairro como criminosos mas que praticam os crimes noutros bairros. Referiu o tráfico endógeno em alguns bairros e a transponibilidade do crime de um local para outro, na sequência de intervenções urbanísticas. Referiu ainda a importância das parcerias com a PSP, na fase de definição dos próprios programas e projectos, referindo por exemplo, que a PSP não foi chamada a pronunciar-se sobre o programa de construção dos estádios de futebol do Euro 2004. Sublinhou questões simples e fundamentais para a segurança, como boa iluminação pública, espaços para ocupar os jovens associados ao desporto, espaço público tratado e abertura dos comércios que estão emparedados. Referiu a importância do acompanhamento das comunidades.

» **Jorge Figueira, arquitecto, professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Coimbra**

Considerou a metodologia apresentada bastante inteligente, diferente do convencional, mas questionou-se sobre se uma abordagem diferente nos irá conduzir a resultados diferentes.

Considera necessário um levantamento de ordem qualitativa e uma melhor explicitação quando se fala de “reparações”. O que é que há para reparar?, perguntou. Alertou ainda para o facto de o processo “de baixo para cima” não poder significar uma demissão das soluções técnicas. O processo participativo é uma metodologia, não é um fim em si mesmo. As soluções têm de ser tão criativas como a metodologia. Citou Jaime Lerner para lembrar que “temos de ser rápidos”.

» **Diogo Mateus, da Fundação K’Cidade**

Representando a “K’Cidade”, deu a conhecer os trabalhos em que estão a intervir: Bairro Horizonte, Carlos Botelho, Nascimento Costa e Quinta do Lavrado. Trabalham a dimensão da participação, das parcerias locais e de apoio ao associativismo, numa abordagem multidisciplinar. Referiu que na Quinta do Lavrado foi destruído o sentimento de pertença e apresentou o projecto participativo que estão a levar a cabo no Bairro Horizonte.

» **Alexandre Alves Costa, arquitecto, professor jubilado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto**

As análises, os diagnósticos, são o ponto de partida mas o essencial é o trabalho no terreno. As análises são sempre muito quantitativas, não pode ser de outra maneira, mas o essencial só se comprova no confronto com a realidade. Citando Boaventura de Sousa Santos, explicou que os movimentos sociais urba-

nos só existem se houver esperança de conquistar alguma coisa. Recordou que o processo SAAL acabou quando as pessoas deixaram de ter expectativas. A iniciativa dos próprios é essencial, mais a nível programático e de debate que a nível de soluções. É preciso um sinal da CML. É preciso aprender a dialogar e não cavar fossos entre as soluções técnicas e os moradores. O mais difícil é a passagem à prática. É preciso ter gente no terreno que não pode estar dividida pelos serviços. O programa exige equipas locais multidisciplinares, com uma coordenação forte do município.

» **Manuel Abílio, arquitecto, Director do Departamento de Construção e Conservação Habitacional (DCCH) da CML**

Com a conclusão do PER muita gente achou que o problema da habitação tinha acabado. Mas todos os dias os problemas reaparecem e são graves. Defendeu a intervenção de proximidade para pequenas coisas, sem perder a capacidade de planeamento macro, pois o nível micro é muito importante para as pessoas. Defendeu também a ligação com as estruturas locais, dando como exemplo o caso do Portugal Novo, um bairro problemático onde o seu serviço foi chamado a intervir e onde o fez sem dificuldades com a ajuda da Pastoral dos Ciganos. Sustentou a necessidade de uma boa articulação dos serviços camarários.

» **Leonor Cintra, arquitecta, Presidente da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos**

Esclareceu que não tem mandato da Ordem dos Arquitectos. Defendeu a necessidade de caracterização da população que vive nestes bairros, pois há situações muito diversas. É preciso saber quem são, como vêem o futuro, que aspirações têm. Citou um trabalho sobre jovens detidos, em que a noção de cidade e as referências que tinham se limitavam ao futebol e aos centros comerciais. Interrogou ainda a forma de integração deste programa no PDM.

» **Maria João Freitas, socióloga, investigadora do LNEC, ex-membro da direcção do IHRU**

Considera que os indicadores são frios, mas isso não é o mais importante. O que é relevante é uma agenda política e social da autarquia. Como passar à intervenção? Focou os seguintes pontos críticos: Ambição - falamos de grandes ou pequenas intervenções? Se forem pequenas, não é preciso Carta. A Carta pode ser importante porque estes territórios têm problemas estruturais cuja solução não se encontra ao nível das Juntas e associações. É preciso acautelar o casamento eventualmente conflituoso entre pequenas iniciativas locais, que asseguram capital de confiança, e intervenções estruturais; Governança - existem bairros com outros projectos, de iniciativa central e local que necessitam de articulação. Que modelo de governança, que modelo de financiamento? Como se vai articular este modelo de financiamento com os de outros programas? Mudança - a mobilização para a mudança não é uniforme. Aqui é fulcral a construção de um diagnóstico discutido, participado. Este aspecto é importantíssimo para a apresentação de candidaturas e financiamentos de projectos de intervenção.

» **José Manuel Henriques, economista, professor do ISCTE**

Salientou a importância do tema das áreas urbanas em crise dentro da cidade e a inovação da metodologia, embora seja difícil de concretizar. Não se encontram explícitos no relatório três aspectos que considera importantes: a pobreza, na cidade e no país, que é dos nossos problemas sociais menos conhecidos, para além da dependência das prestações sociais, que não sabemos como vai evoluir, dada a perspectiva de menor protecção social; o “grass-root planning” - esta capacidade raramente emerge espontaneamente, o que torna a capacidade de resposta mais difícil. Pode surgir associada a uma junta, uma associação, uma empresa, mas não é automática. Muitas vezes a situação de maior pobreza não é a mais bem representada nas associações locais. Há por isso uma responsabilidade acrescida do Estado, exigindo-se uma maior capacidade de resposta da administração central e local. Referiu que o RSI toca uma franja muito

pequena dos pobres, que estimou em 5 %. Há percentagens muito elevadas de pobreza sem qualquer resposta. E não há preparação nas escolas de competências técnicas para trabalharem nestes contextos; a governança – como construir uma metodologia de intervenção que permita responder aos 60 BIP/ZIP? E o que se vai considerar prioritário na intervenção?; equipas transversais – temos falta de experiência e de competências genéricas para acções deste tipo. Como ligar os vários serviços – camarários, da segurança social, etc? Recordou que o SIADAP penaliza o trabalho multisectorial e que é necessário agilizar.

» **Jorge Malheiros, geógrafo, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa**

Considera que apesar da metodologia que serviu de base à identificação dos BIP/ZIP não ser inovadora, a sua aplicação a Lisboa é importante. Trazer para Lisboa este tipo de metodologias tem mérito. Podia ter mais indicadores, mas ter associado as acessibilidades já foi importante e inovador. Mesmo que os indicadores seleccionados tivessem sido outros, o retrato seria mais ou menos o mesmo. O importante é combinar metodologias. Uma metodologia de carácter extensivo é uma boa forma de iniciar. Na fase seguinte é preciso encontrar componentes complementares de cada bairro. Será importante ter uma imagem da representação do bairro na cidade, examinado a forma como os órgãos de informação tratam as respectivas notícias. Também é importante a componente das pessoas, conhecer a relação entre os residentes (componente intensiva do diagnóstico). Quanto à intervenção, é bom que se comece já. Há dois níveis: de imediato (pequenas coisas, plano a curto prazo) e intervenções de fundo, com uma estratégia a longo prazo. O grande salto é uma monitorização participada. É importante aprender com experiências já realizadas (Urban, Escolhas, Proqual) e ver se este programa acrescenta alguma coisa. Alerta para as parcerias público/privado, que podem servir para disfarçar interesses de especulação imobiliária e para o facto de a participação também poder disfarçar lógicas do afastamento do sector público.

» **Pedro Calado, responsável do Programa Escolhas**

Referiu que o Programa Escolhas está a intervir em 130 bairros. Considerou que o trabalho é um bom instrumento de apoio à decisão, mas que a imigração pode introduzir distorções, sobretudo nos centros históricos. Citou como exemplo a Escola Passos Manuel em que ¼ dos alunos é de proveniente do Brasil. Em relação aos projectos apoiados pelo Programa Escolhas, referiu três desafios comuns: a forma como os realojamentos são efectuados, sem a participação das pessoas; a questão da governança, que é transversal a todos os bairros (temos cerca de 53 organizações a operar no mesmo território); a articulação entre as pessoas, pois mais do que accionar as organizações do costume é preciso chegar às pessoas concretas. Mais do que dinheiro, é preciso mais organização, mais método, mais articulação de esforços. Na fase da intervenção há que assumir a dimensão experimental e procurar inverter o modelo, passando para o “bottom-up” e procurando o mérito das iniciativas e a disponibilidade efectiva para trabalhar. É muito céptico quanto à capacidade de desenvolver 61 operações.

» **Raul Hestnes Ferreira, Arquitecto**

Considerou que a Carta apresentada era um retrato de Lisboa. Relembrou a experiência do SAAL na operação Fonsecas e Calçada, de que foi projectista. Nessa altura a participação apareceu, constituíram-se cooperativas para obter financiamento público e isso permitiu às populações ter a noção de que podiam organizar-se. No entanto anos mais tarde a autarquia dissolveu o programa SAAL e isso constituiu uma grande frustração para os moradores. A CML na altura disse aos moradores que queria desenvolver outro projecto, mas a população não aceitou. Preferiam não ter as casas do que mudar o projecto que tinha sido feito com a sua audição. Admitiu que pode ser um pouco tarde para recuperar o projecto.

Falou da desertificação de Lisboa, que atribuiu ao desaparecimento do emprego, das actividades do comércio, pois a habitação está sempre ligada ao emprego. Referiu o caso concreto da “catástrofe dos In-



glesinhos”; para falar dos bairros antigos, onde há condições impossíveis de habitação e onde se exigem múltiplos projectos, alguns contraditórios entre si, para reabilitar.

4.5. Outros intervenientes presentes no Workshop

Para além dos intervenientes atrás mencionados, este workshop contou ainda com a presença dos seguintes especialistas:

- > Âgata Navarro, Arquitecta, Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Sul
- > Cláudia Batista, Arquitecta, Departamento de Planeamento Urbano da CML
- > Isabel Dias, Directora do Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional da CML
- > Isabel Pereira, Engenheira, Presidente da Comissão Arbitral Municipal de Lisboa
- > Isabel Raposo, Arquitecta, professora na Faculdade de Arquitectura da UTL
- > J. Delgado Domingos, Engenheiro, Professor no IST, Presidente da Agência Lisboa E-Nova
- > João Meneses, Director Municipal da Acção Social, Educação e Desporto da CML
- > João Queiroz, Equipa de Intervenção Comunitária do Programa K’Cidade – SCML/AKF (Santa Casa de Misericórdia de Lisboa / Aga Khan Foundation)
- > Luís Oliveira Pinto, Arquitecto, Chefe de da Divisão de Gestão de Informação e Apoio Técnico da Direcção Municipal de Habitação da CML
- > Manuel Jorge Silva Subtil, Arquitecto, Director do Departamento Planeamento e Projectos da Direcção Municipal de Habitação da CML
- > Manuel Vicente, Arquitecto, Professor Universitário na Universidade Autónoma de Lisboa
- > Maria Virgínia F. Almeida, coordenadora do Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- > Marta Cardoso, Engenheira, Directora do Departamento de Conservação de Edifícios Particulares da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana da CML
- > Nuno Caleia, Chefe de Divisão dos Estudos e Valorização do património Imobiliário do Departamento de Património Imobiliário da CML
- > Pedro Dias Rodrigues, Arquitecto, Professor Universitário na Faculdade de Arquitectura da UTL
- > Ricardo Correia, Arquitecto, Departamento de Conservação de Edifícios Particulares da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana da CML
- > Vítor Matias Ferreira, Professor universitário jubilado, Centro de Estudos Territoriais do ISCTE-UL

4.6. Conclusões

De modo geral os participantes consideraram o diagnóstico dos BIP/ZIP bem elaborado, defendendo que o “salto” para o terreno deveria ter o mesmo mérito, com exigência de qualidade nas intervenções a realizar, se bem que a dimensão experimental deva ser sempre assumida, pelo que se deve avançar e corrigir, monitorizando e divulgando o trabalho, a nível micro e macro.

O diagnóstico apresentado está longe de estar terminado, devendo ser aprofundado, procedendo-se à tipificação dos problemas e identificando as prioridades de intervenção com a contribuição da população e actores locais.

A Carta dos BIP/ZIP deve ser uma lista dinâmica e aberta, que identificou bairros/zonas que ao longo do processo podem vir a ser excluídos, enquanto outros poderão surgir com novas problemáticas identificadas, exigindo uma monitorização permanente.

É necessário garantir estabilidade e continuidade ao programa, sob pena de defraudar as expectativas dos moradores e a confiança na CML. Há que assegurar também uma coordenação forte e ágil ao mesmo tempo.

Sublinhou-se a questão da governança e a necessidade de clarificar muito bem como se vai actuar no terreno, numa fase em que os serviços da Câmara e a própria cidade estão a ser objecto de uma reestruturação em termos administrativos, tornando-se a implementação deste programa um grande desafio para todos os intervenientes.

5. Respostas aos inquéritos e comentários recebidos

5.1. Síntese

» a) Participação

A consulta pública registou um total de 1039 respostas ao inquérito, dos quais 78% em papel e 22% on-line. A participação revela uma boa dispersão territorial pela cidade, com valores de resposta de moradores em BIP/ZIP da ordem dos 90%. Das várias fontes de recolha de inquéritos, a percentagem mais significativa foi a de respostas recolhidas em papel pelas organizações locais (cerca de 64%).

Esta resposta massiva reveste-se de particular importância, dado que os moradores e respectivas organizações irão desempenhar um papel preponderante nas operações a realizar no âmbito deste programa BIP/ZIP.

» b) Concordância com a Carta dos BIP/ZIP

As respostas ao inquérito revelaram um elevado grau de concordância com a Carta dos BIP/ZIP, com 87% de “sim”, 3% de “não” e 10% de “não sabe/não responde”.

» c) Propostas de Alteração da Carta dos BIP/ZIP

Foi registado um total de 76 respostas à questão específica da sugestão de novos Bairros ou Zonas para integrar a lista proposta. Dessas respostas, 49 não foram consideradas por deficiente explicitação da localização, por se situarem fora dos limites do concelho de Lisboa, ou ainda por corresponderem a áreas que já constavam da Carta. Foram assim analisadas 27 propostas, de que resultaram as alterações introduzidas na versão final da Carta dos BIP/ZIP a submeter à apreciação da CML e da AML.

A análise cartográfica de todas as propostas de alteração consta do volume de anexos a este relatório.

» d) Problemas dos Bairros – análise das respostas às perguntas 3 e 4 do Inquérito

A análise das respostas às perguntas do inquérito sobre os principais problemas dos BIP/ZIP permite dar uma imagem global das questões que os afectam e está detalhada no Relatório da Consulta Pública.

Os valores gerais, confrontados com a expressão estatística de cada BIP/ZIP, permitem sustentar uma divisão dos BIP/ZIP em quatro grandes tipologias, com problemáticas afins e diferenciadas das restantes tipologias: Augis, Históricas, Municipais e Outros/Mistos, cuja análise conjunta é detalhada neste capítulo.

Foi também feita uma análise por zona, que permitiu mostrar diferentes perfis de hierarquia dos problemas considerados mais graves e mais preocupantes e que é também detalhada neste capítulo

Estes dados, bem como a caracterização individual de cada BIP/ZIP, são muito relevantes para preparar as regras de repartição da dotação orçamental do programa dos BIP/ZIP pelas diferentes operações locais a propor por Juntas de Freguesia, associações de moradores, colectividades e organizações não governamentais e respectivas parcerias.

A análise das respostas por BIP/ZIP está incluída no volume de anexos deste relatório.

» e) Comentários escritos

Foram recebidos 244 comentários escritos (79% em papel e 21% online), todos incluídos no Relatório da Consulta Pública. Este tipo de participação traz informação muito personalizada e detalhada sobre os assun-

tos que mais preocupam os habitantes de Lisboa. Os comentários foram analisados e classificados como: desabaços, identificação de problemas, sugestões, incentivo/concordância, cepticismo/discordância, questões metodológicas e outros. Cada comentário obteve por vezes mais de uma classificação. Da totalidade de comentários classificados, 66% são sugestões ou identificação de problemas, 8,7% são comentários de concordância/incentivo, 20,2% são desabaços ou manifestações de cepticismo e discordância e 5% incidem sobre questões metodológicas ou outras. A distribuição da origem dos comentários revela que cerca de 60% é proveniente das zonas Norte e Oriente da cidade.

Os comentários escritos foram numerados e editados, com eliminação das referências insultuosas, pessoais ou xenófobas, e estão incluídos no volume de anexos a este relatório.

5.2. Quantificação geral da participação

» Inquéritos:

Foram recebidas 1039 respostas, das quais:

- online: 226 (22%)
- papel: 813 (78%)

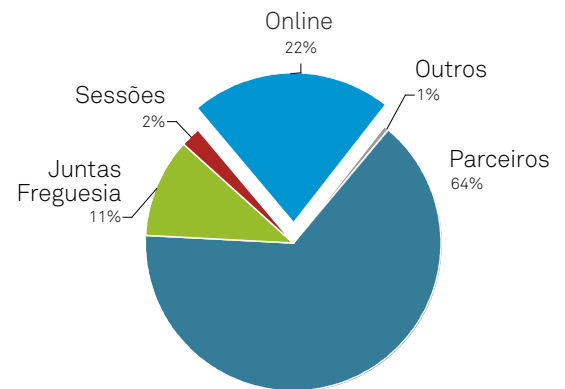
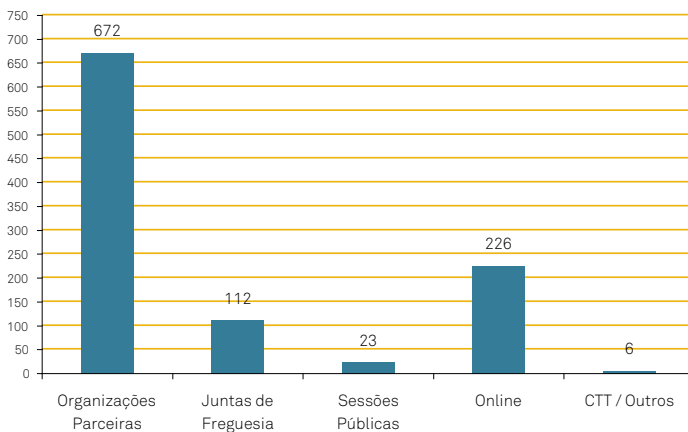
» Comentários:

Foram recebidos 249 comentários, dos quais:

- online: 54 (21%)
- Papel: 195 (79%)

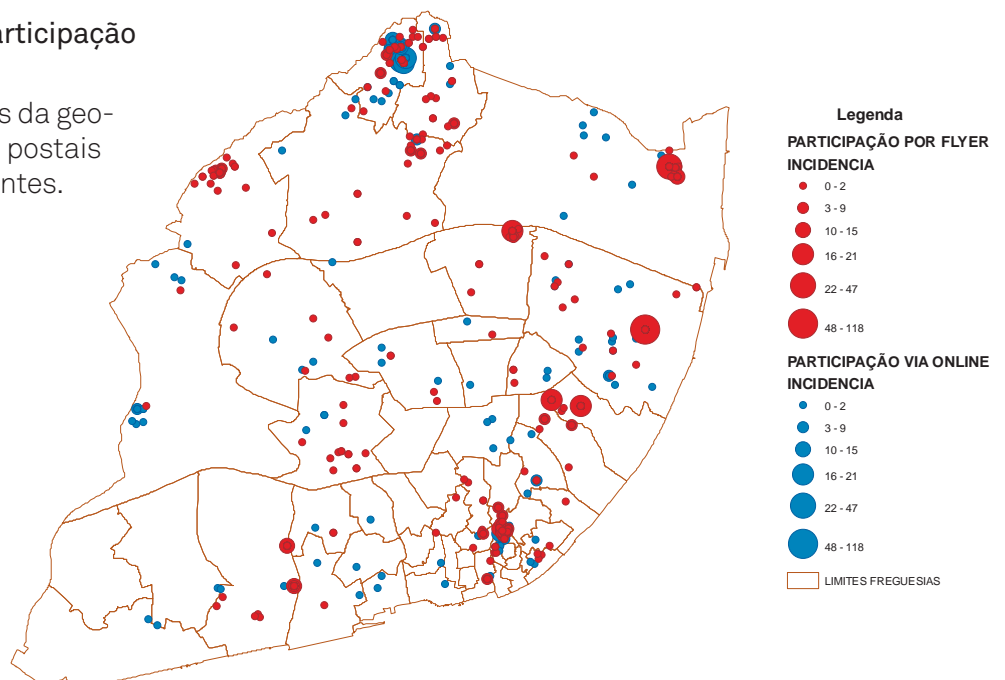
5.2.1. Inquéritos

» Origem dos inquéritos



» Mapa de distribuição da participação

Rastreio efectuado através da geo-referenciação dos códigos postais fornecidos pelos participantes.

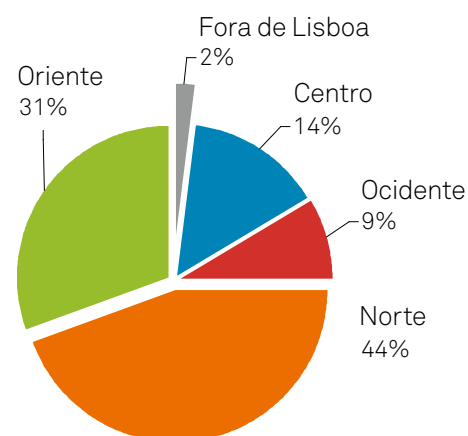


» Zona de residência (Pergunta 1)

De acordo com as respostas à pergunta 1 do inquérito “Reside em Lisboa?”, temos a quantificação da distribuição por área de residência (dentro e fora do concelho) e pelas quatro zonas da cidade coincidentes com as sessões realizadas.

Rastreio efectuado com base nos códigos postais fornecidos pelos inquiridos.

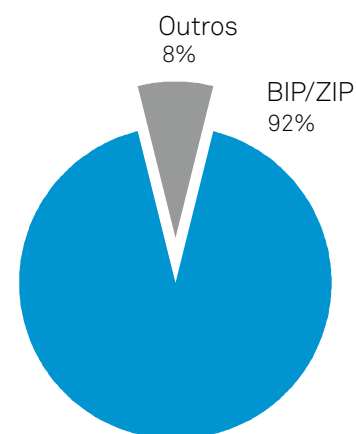
Centro	149
Oriente	317
Ocidente	92
Norte	461
Fora de Lisboa	20



» Local de residência (Pergunta 2)

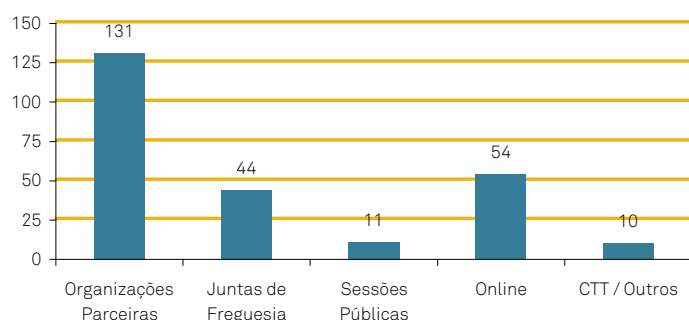
De acordo com as respostas à pergunta 2 do inquérito “Reside em algum dos bairros ou zonas de intervenção prioritária?”, temos a expressão de participação com origem em BIP/ZIP em relação à restante participação.

Pertencente a um BIP/ZIP	958
Outros	81

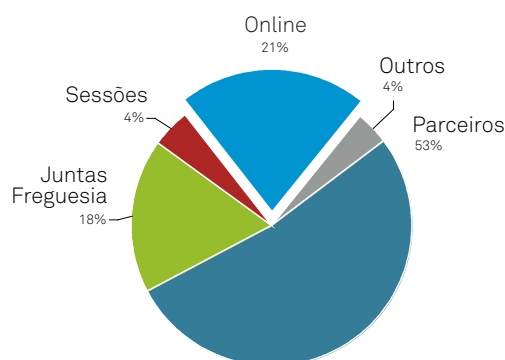


5.2.2. Comentários

» Origem dos comentários



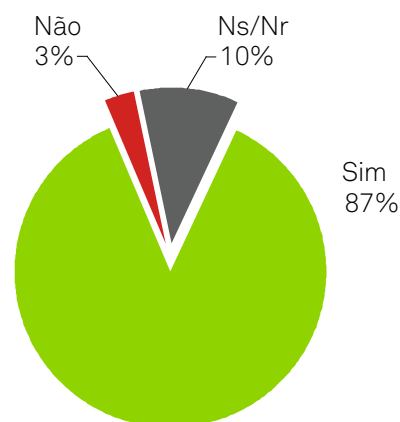
Total Online: 21% (54)
Total Papel: 79% (195)



5.3. Concordância com a Carta dos BIP/ZIP

De acordo com as respostas à pergunta 5 do inquérito “concorda com a lista de BIP/ZIP indicados na carta”, temos:

■ Não sabe/ Não responde	108
■ Não concorda	31
■ Concorda	900



5.4. Propostas de alteração à Carta dos BIP/ZIP

Foi registado um total de 76 respostas à questão específica da sugestão de novos Bairros ou Zonas para integrar a lista proposta. Dessas respostas, 49 não foram consideradas por deficiente explicitação da localização, por se situarem fora dos limites do concelho de Lisboa, ou ainda por corresponderem a áreas que já constavam da Carta. Foram assim analisadas 27 propostas, de que resultaram as alterações que abaixo se indicam:

» Inclusão da área envolvente à estrada de Chelas no BIP/ZIP 9 (Quinta do Ourives)

Trata-se de um tecido urbano com grande diversidade de ocupação (habitação, oficinas, armazéns, edifícios devolutos, baldios, etc.) e que se encontra em processo de estruturação através dos diversos PMOT eficazes ou em estudo. Toda esta área envolvente à estrada de Chelas sofrerá assim um processo regenerativo que se enquadra nos objectivos do programa BIP/ZIP. Reconhecendo-se unidade territorial e urbana com a delimitação do BIP/ZIP 9, propõe-se a sua inclusão neste BIP/ZIP já existente.

» Subdivisão do Bairro das Galinheiras

Optou-se por subdividir o Bº das Galinheiras em dois BIP/ZIP, com o mesmo número (21a e 21b), em conformidade com as áreas que o bairro ocupa em cada uma das Freguesias abrangidas (Charneca e Ameixoeira)

» Exclusão do Bairro da Serafina do BIP/ZIP 14

Optou-se pela exclusão do Bº da Serafina do BIP/ZIP 14 (Serafina e Liberdade), na medida em que se considera uma área social e urbanisticamente estabilizada.

» Autonomização do Bairro do Castelo como BIP/ZIP 62

Optou-se pela autonomização de do Bº do Castelo (BIP/ZIP 62), cuja área coincide com a da respectiva Junta de Freguesia.

» Junção do Bairro dos Alfinetes com o Bairro das Salgadas como BIP/ZIP 32

Bairros contíguos.

» **Inclusão de novo BIP/ZIP – 33 (Marquês de Abrantes)**

Bairro municipal

» **Inclusão de novo BIP/ZIP – 63 (Rio Seco)**

Área da cidade por consolidar, com grandes desarticulações urbanísticas associadas a problemáticas sociais. Propomos a inclusão como BIP, com a delimitação do Estudo Urbano em curso no DPU.

» **Inclusão de novo BIP/ZIP – 64 (Anjos)**

Esta área envolvente ao eixo da Av. Almirante Reis apresenta carências sociais e urbanísticas relevantes, merecedoras de inclusão na Carta dos BIP/ZIP.

» **Inclusão de novo BIP/ZIP – 65 (Quinta do Ferro)**

Área não totalmente coincidente com a mancha da fractura socio-territorial, mas apresentando condições sociais e urbanísticas que aconselham a sua inclusão na Carta, com a delimitação proposta no Estudo Urbano em curso no DPU.

» **Inclusão de um novo BIP/ZIP 66 (Charneca do Lumiar)**

Bairro municipal

» **Autonomização do Bairro Alta de Lisboa – Centro como BIP/ZIP 67**

Bairro municipal

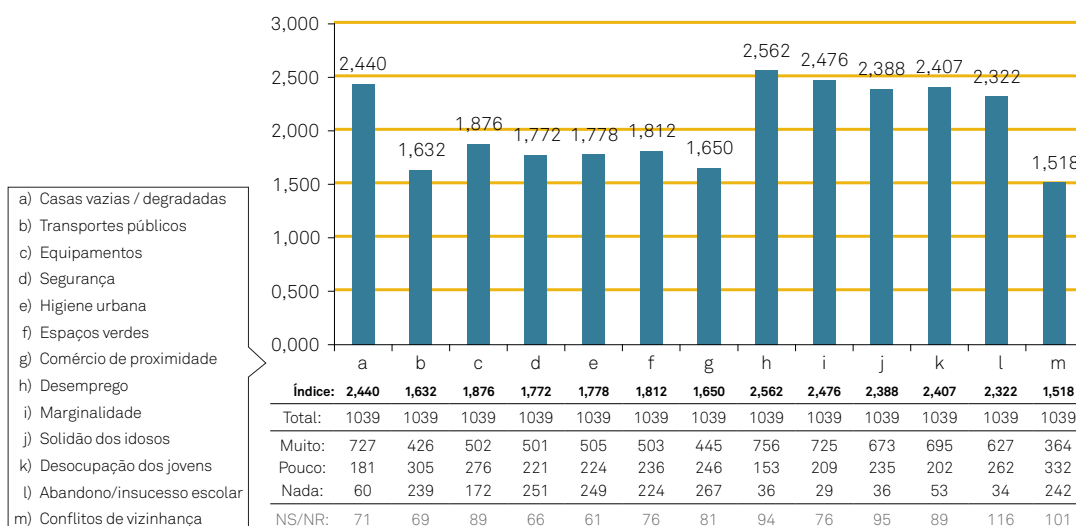
5.5. Problemas dos bairros - respostas às questões 3 e 4 do inquérito

De acordo com as respostas à pergunta 3 “Se reside num dos BIP/ZIP indicado na carta, classifique a importância dos seguintes temas”, temos estabelecida a ordem de importância dada à lista apresentada.

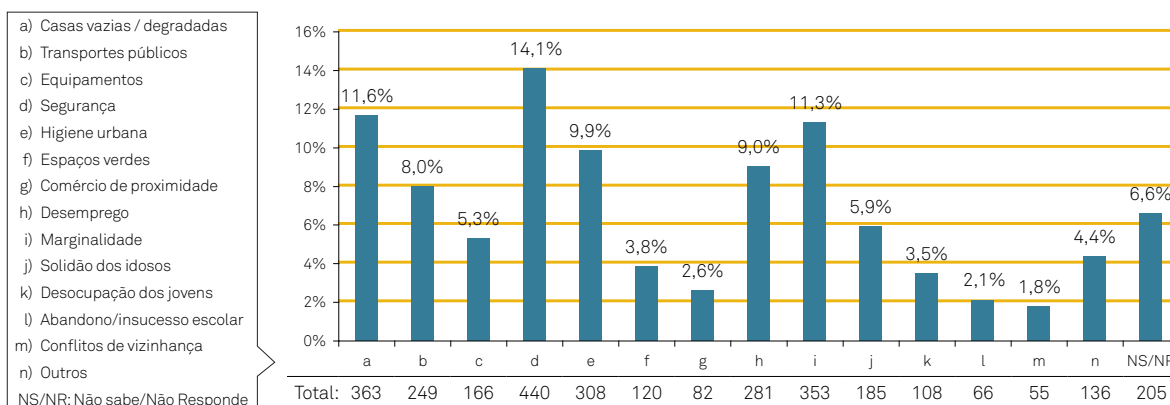
A ponderação destas respostas foi concretizada através da construção de um índice que as quantifica através da atribuição de um factor:

muito = 3; pouco = 1; nada = 0

$$\text{Índice} = \frac{3x \text{ Muito} + 1x \text{ Pouco} + 0x \text{ Nada}}{\text{Muito} + \text{Pouco} + \text{Nada}}$$



De acordo com as respostas à pergunta 4 “Dos temas identificados, assinale os três que mais o preocupam” resulta uma hierarquização do nível de importância atribuído aos diferentes temas apresentados.



5.5.1. Análise dos inquéritos por zona da cidade

Apresenta-se neste capítulo a análise dos inquéritos por zona, de acordo com a delimitação em 4 zonas definida na metodologia. Esta análise identificou os perfis dos problemas e preocupações assinalados pelos inquiridos, que são claramente distintos de zona para zona, como abaixo se descreve e como se pode confirmar nas 4 fichas resumo que se juntam.

» Zona Centro

Compreendendo os BIP/ZIP de tipologia “Histórico”: Graça / Sapadores (23), Pena (36), Alfama (43), Mouraria (44), Eixo de São José / Santa Marta (49) e Eixo da Rua de São Paulo (50); e de tipologia “Outro/Misto”: Rego - Bairro de Santos e PER (35).

> O total dos inquéritos desta zona permite caracterizá-la de forma consistente pelo menor grau de preocupação, face à média total, revelado nos temas: transportes públicos (b), comércio de proximidade (g) e conflitos de vizinhança (m). Apresenta valores acima da média nos restantes temas, destacando-se entre estes as questões urbanísticas.

» Zona Oriente

Compreendendo os BIP/ZIP de tipologia “Municipal”: Quinta do Ourives (9), Flamengo (29), Condado (30), Armador (31), Quinta das Salgadas (32), Alfinetes (33), Alto da Eira (37), Quinta do Morgado (38), Quinta das Laranjeiras (39), Casal dos Machados (40), Quinta do Lavrado (46), Alfredo Bensaúde (56), Empreendimento Municipal da Rua João Nascimento Costa (57) e Empreendimento Municipal da Rua Carlos Botelho (59); de tipologia “Histórico”: Marvila Velha (53); e de tipologia “Outro/Misto”: Portugal Novo (4), Lóios (27), Amendoeiras (28), PRODAC (34), Horizonte (47) e Cooperativas da Rua João Nascimento Costa e Rua Carlos Botelho (60).

> O total dos inquéritos desta zona permite caracterizá-la de forma consistente pelo menor grau de preocupação, face à média total, revelado nos temas: transportes públicos (b), equipamentos (c), segurança (d), higiene urbana (e), espaços verdes (f), comércio de proximidade (g) e conflitos de vizinhança (m), apresentando valores muito próximos da média nos restantes temas.

» Zona Ocidente

Compreendendo os BIP/ZIP de tipologia “Municipal”: Casalinho da Ajuda (1), Dois de Maio (2), Quinta do Cabrinha / Quinta do Loureiro (3), Boavista (10), Bom Pastor (11) e Furnas (45); de tipologia “Histórico”: Pam-pulha (55) e Rua Direita da Palma (61); e de tipologia “Outro/Misto”: Bela Flor (13), Liberdade / Serafina (14), Quinta do Tarujo (15), Sete Moinhos (41), Casal Ventoso (42), Cascalheira / Alvito Velho (51) e Rua Possidónio da Silva (54).

> O total dos inquéritos desta zona permite caracterizá-la pelo grau de preocupação acima da média total em todos os temas das perguntas 3 e 4 do inquérito, destacando-se entre estes os temas transportes públicos (b), equipamentos (c), segurança (d), higiene urbana (e), espaços verdes (f), comércio de proximidade (g) e conflitos de vizinhança (m).

» Zona Norte

Compreendendo os BIP/ZIP de tipologia “AUGI”: Grafanil (5), Quinta da Torrinha (6), Quinta da Mourisca (7), Azinhaga dos Lameiros / Azinhaga da Torre do Fato (18), Sete Céus (20), Galinheiras (21) e Quinta do Olival (24); de tipologia “Municipal”: Ameixoeira - PER (8), Murtas (12), Padre Cruz (16), Horta Nova (19), PERs Alta de Lisboa (22), Cruz Vermelha (25), Pedro Queirós Pereira (26); de tipologia “Histórico”: Paço do Lumiar (52) e Centro

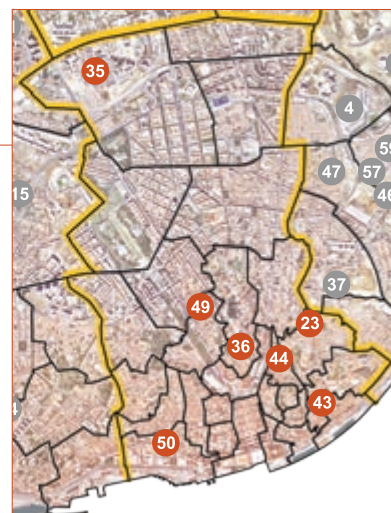
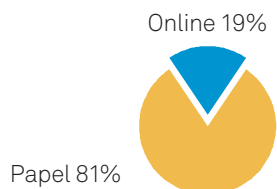
Histórico de Carnide (17); e de tipologia “Outro/Misto”: Bairro São João de Brito / Pote de Água (48), Cooperativas – 25 de Abril e Unidade do Povo (58).

> O total dos inquéritos desta zona permite caracterizá-la, de forma semelhante à zona Ocidente, pelo grau de preocupação acima da média total nos temas: transportes públicos (b), equipamentos (c), segurança (d), higiene urbana (e), espaços verdes (f), comércio de proximidade (g) e conflitos de vizinhança (m), apresentando valores ligeiramente abaixo da média nos restantes temas.

Total da zona centro

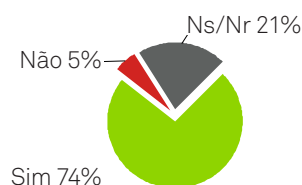
» Origem dos inquéritos

Online	28
Papel	121



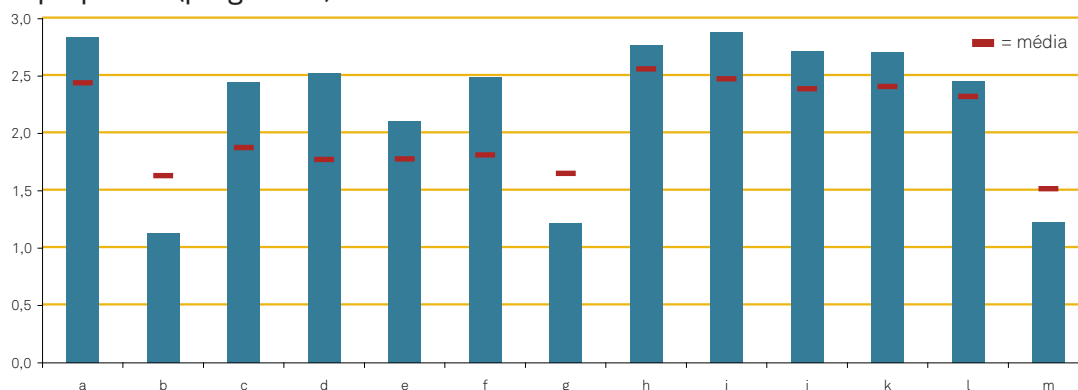
» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

Não sabe/ Não responde	32
Não concorda	8
Concorda	109



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)

- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança

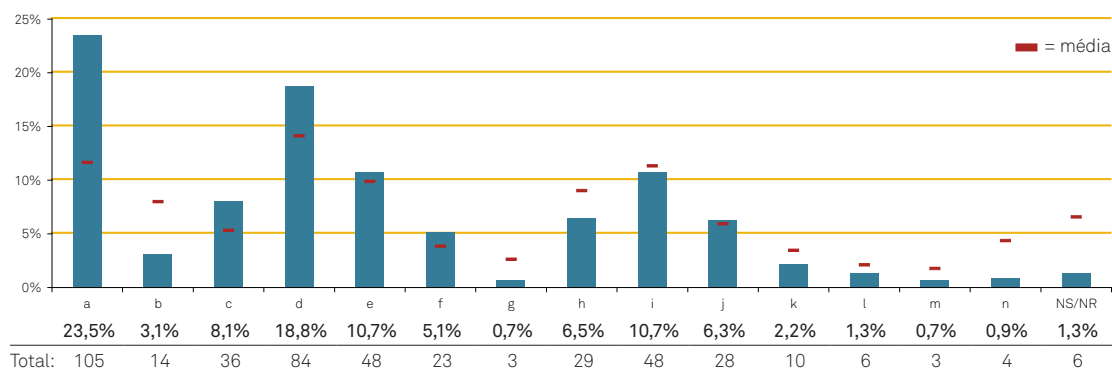


Índice	2,841	1,130	2,444	2,526	2,109	2,489	1,215	2,769	2,881	2,712	2,711	2,457	1,225
Total	149	149	149	149	149	149	149	149	149	149	149	149	149
Muito	127	35	95	108	88	104	41	116	127	107	104	85	33
Pouco	11	43	23	22	27	19	35	12	8	18	16	30	37
Nada	0	53	8	7	23	10	54	2	0	0	1	1	41
Ns/Nr	11	18	23	12	11	16	19	19	14	24	28	33	38

Índice:
 $\frac{3x \text{ Muito} + 1x \text{ Pouco} + 0x \text{ Nada}}{\text{Muito} + \text{Pouco} + \text{Nada}}$

» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)

- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança

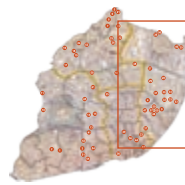
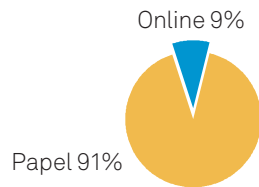


Total	105	14	36	84	48	23	3	29	48	28	10	6	3	4	6
a)	23,5%	3,1%	8,1%	18,8%	10,7%	5,1%	0,7%	6,5%	10,7%	6,3%	2,2%	1,3%	0,7%	0,9%	1,3%

Total da zona oriente

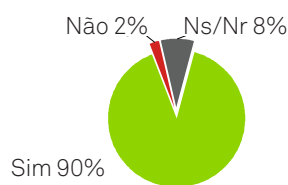
» Origem dos inquéritos

Online	28
Papel	289

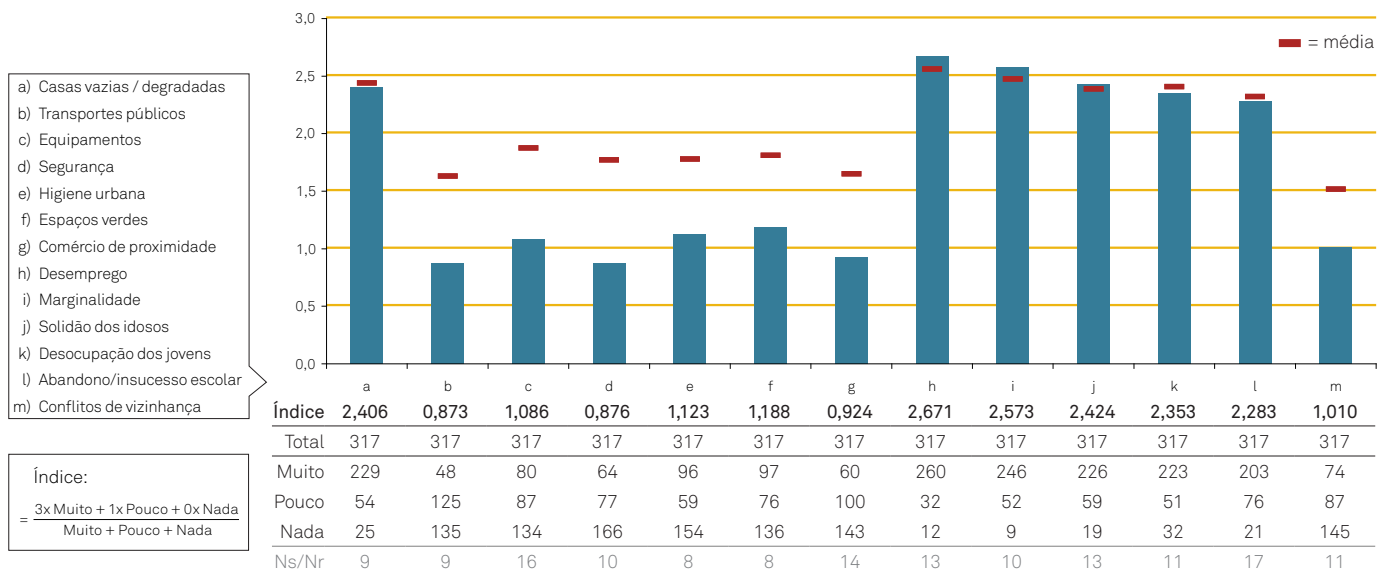


» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

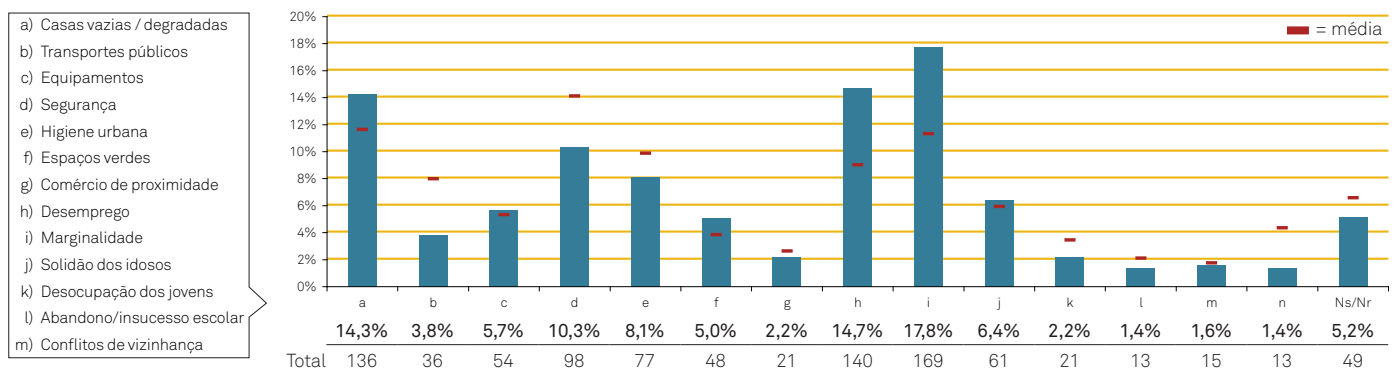
Não sabe/ Não responde	25
Não concorda	7
Concorda	285



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)



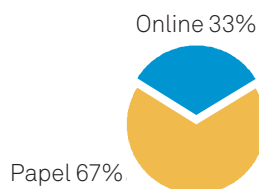
» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



Total da zona ocidente

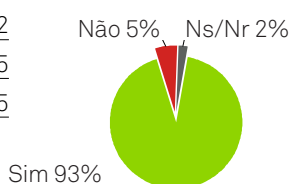
» Origem dos inquéritos

Online	30
Papel	62

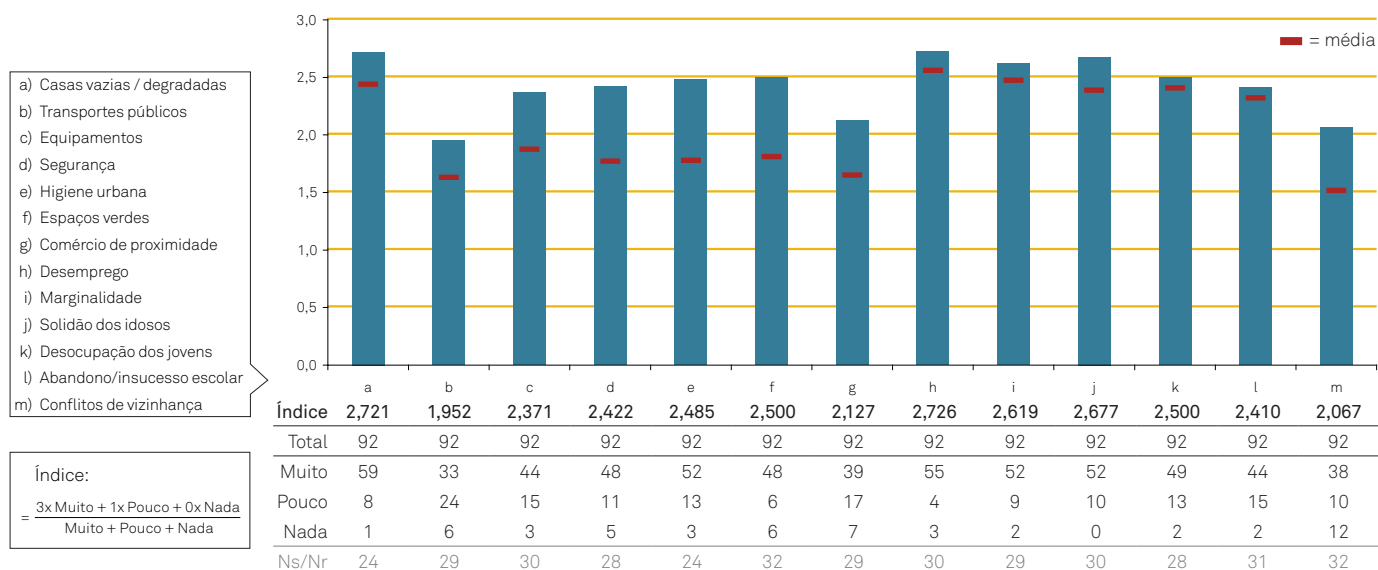


» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

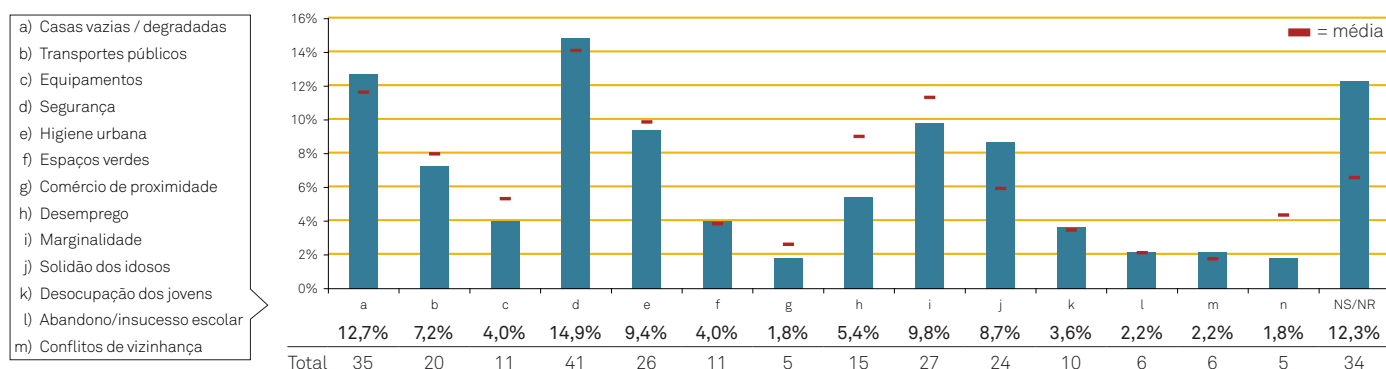
Não sabe/ Não responde	2
Não concorda	5
Concorda	85



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)



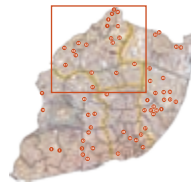
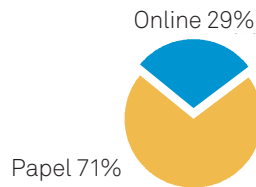
» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



Total da zona norte

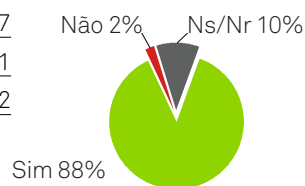
» Origem dos inquéritos

Online 133
Papal 327



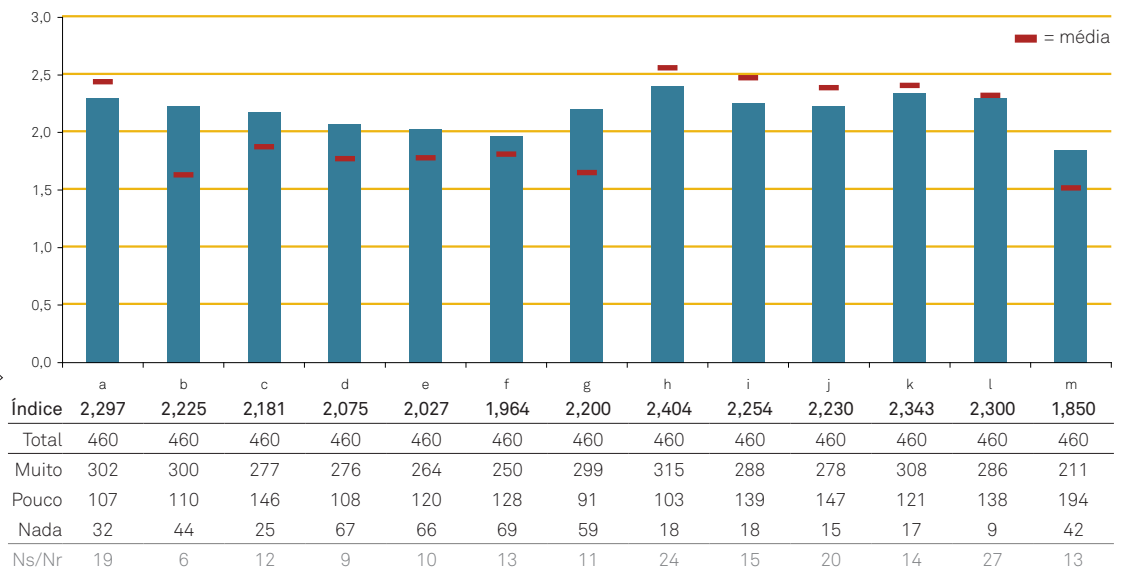
» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

Não sabe/ Não responde 47
Não concorda 11
Concorda 402



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)

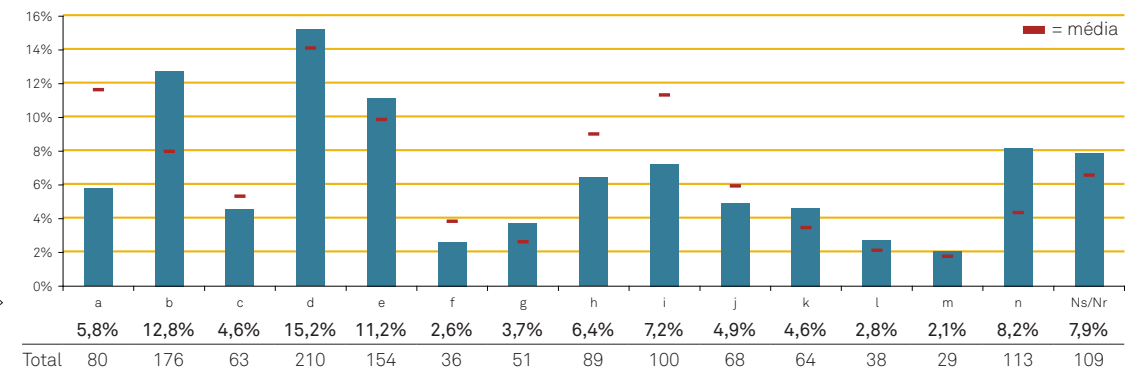
- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança



Índice:
$$\frac{3x \text{ Muito} + 1x \text{ Pouco} + 0x \text{ Nada}}{\text{Muito} + \text{Pouco} + \text{Nada}}$$

» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)

- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança



5.5.2. Análise dos inquéritos por tipologia BIP/ZIP

A análise das respostas às perguntas do inquérito sobre os principais problemas dos BIP/ZIP permitiu dar uma imagem global das questões que os afectam. Estes valores gerais, confrontados com a expressão estatística de cada BIP/ZIP, permitem sustentar uma divisão dos BIP/ZIP em quatro grandes tipologias, com problemáticas afins e diferenciadas das restantes tipologias: Augis, Históricos, Municipais e Outros/Mistos.

» **AUGI:**

Bairros ou zonas com origem e características predominantemente de “Áreas Urbanas de Génese Ilegal”

» **Histórico:**

Bairros ou zonas com idade média dos edifícios elevada, frequentemente com classificação patrimonial, zonas históricas centrais e alguns núcleos históricos periféricos.

» **Municipal:**

Bairros ou zonas com origem em iniciativa e construção pública, com propriedade total ou predominantemente municipal, sob gestão da GEBALIS.

» **Outros/Misto:**

Bairros ou zonas com mais do que uma das tipologias anteriores ou nenhuma daquelas, nomeadamente:

- presença relevante de duas ou mais das tipologias anteriores (por exemplo, Municipal e Histórico);
- com origem no programa SAAL ou semelhante (processos frequentemente inacabados);
- empreendimentos cooperativos;
- com concentração relevante de propriedade municipal dispersa;
- de propriedade pública não municipal;
- com presença de edificado e residentes recenseados pelo Programa Especial de Realojamento (PER) com realojamento e demolição por concretizar.

Em relação aos temas ou preocupações apresentados em resposta à pergunta 3 e 4 do inquérito, apresentam-se nas páginas seguintes os gráficos de caracterização conjunta dos BIP/ZIP de cada uma das quatro tipologias, representando o seu desvio padrão face à média total dos inquéritos.

» AUGI

Universo de participação: 32 respostas, 3,1% do total dos inquéritos.

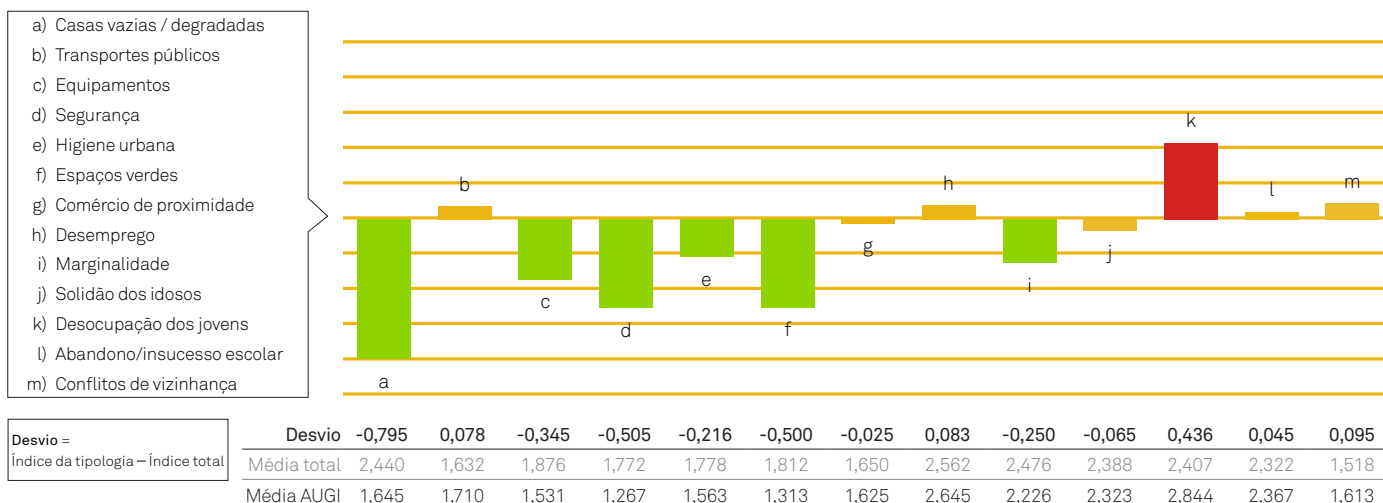
As questões sociais relacionadas com a segurança, desemprego, desocupação dos jovens e abandono escolar são as principais preocupações apontadas.

Os temas urbanísticos mereceram menos preocupação, nomeadamente no que diz respeito à conservação do edificado, equipamentos, higiene urbana e espaços verdes.

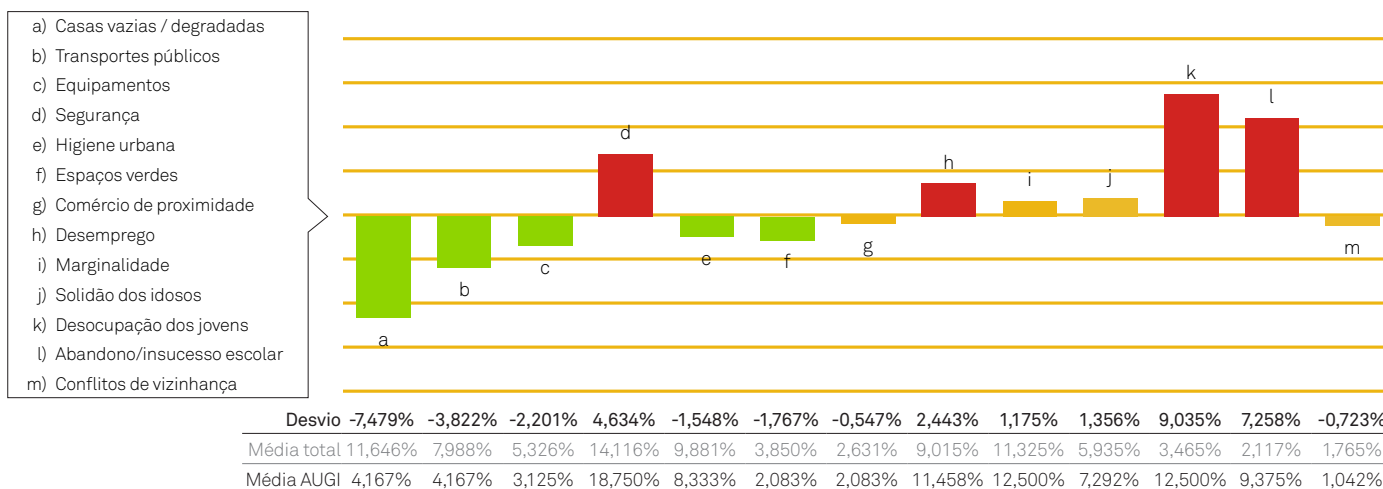
A conservação das casas não levanta problemas, o que não é de admirar, dado tratar-se de habitação com forte componente de auto-construção.

» Análise do desvio verificado nas respostas com origem em BIP/ZIP com esta tipologia face à média total dos inquéritos:

> Importância dos temas propostos (pergunta 3)



> 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



» Histórico

Universo de participação: 134 respostas, 12,9% do total dos inquéritos.

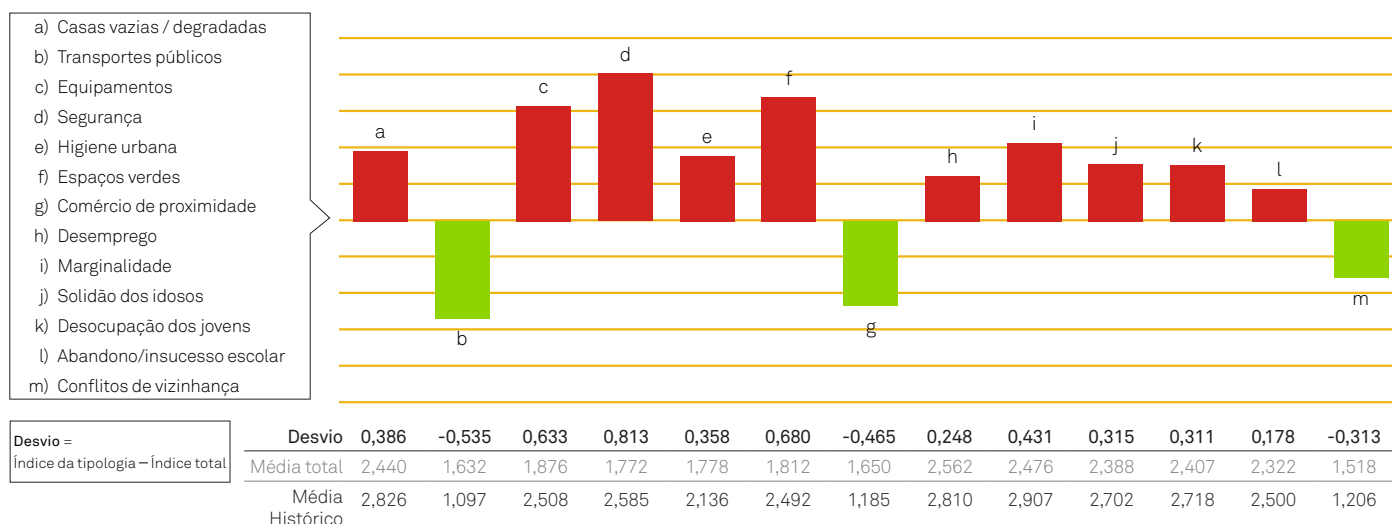
Existe de um modo geral grande preocupação com todas as questões (urbanísticas e sociais) que se expressa de uma forma transversal face à média, com a excepção dos transportes públicos, conflitos de vizinhança e comércio de proximidade.

O tema casas vazias ou degradadas assume-se como preocupação principal. Por outro lado, os temas transportes públicos e comércio de proximidade apresentam um menor grau de importância. De destacar ainda a preocupação revelada com os temas da segurança e marginalidade.

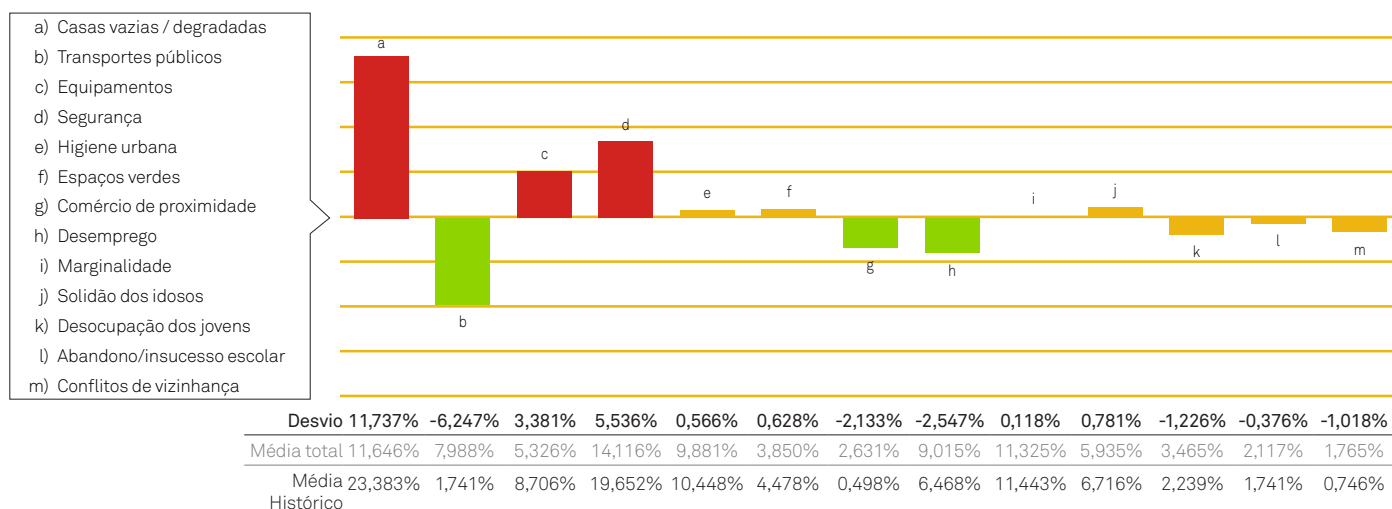
Nota: Relativizar esta análise face às respostas pelos actuais residentes, em que por exemplo para uma nova população jovem ganharia maior importância novos equipamentos.

» Análise do desvio verificado nas respostas com origem em BIP/ZIP com esta tipologia face à média total dos inquéritos:

> Importância dos temas propostos (pergunta 3)



> 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



» Municipal

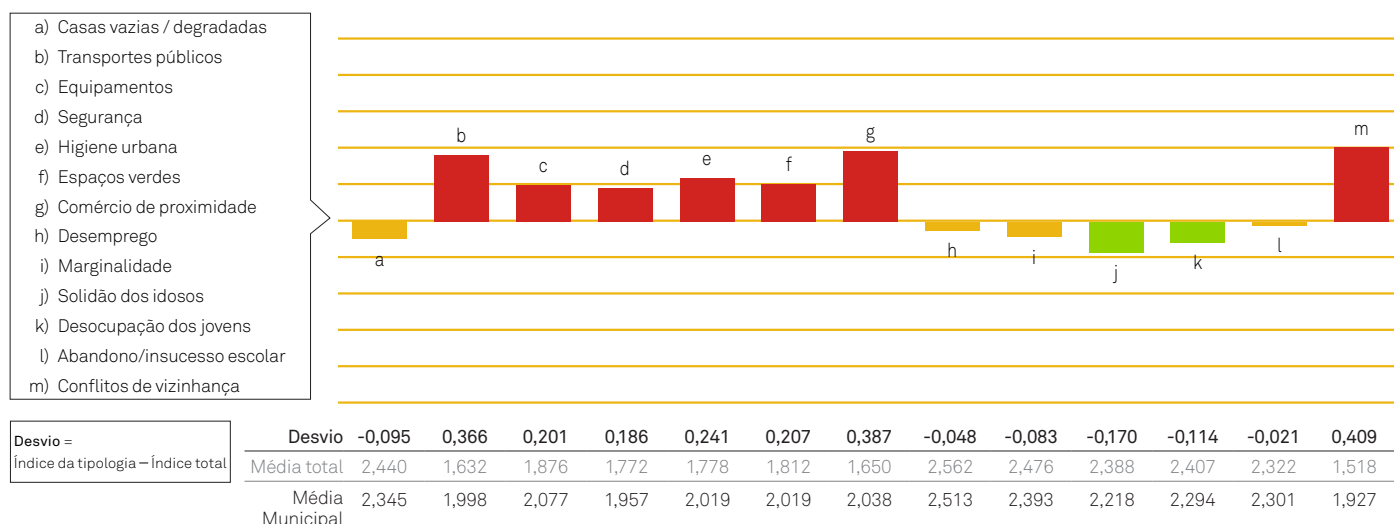
Universo de participação: 551 respostas, 53% do total dos inquiridos (com grande expressão do BIP/ZIP Ameixoeira com 279 respostas).

Todos os temas têm uma expressão significativa e bastante próxima face à média da participação geral obtida. Salienta-se que esta média geral é determinada em mais de 50% por inquiridos residentes nestes bairros.

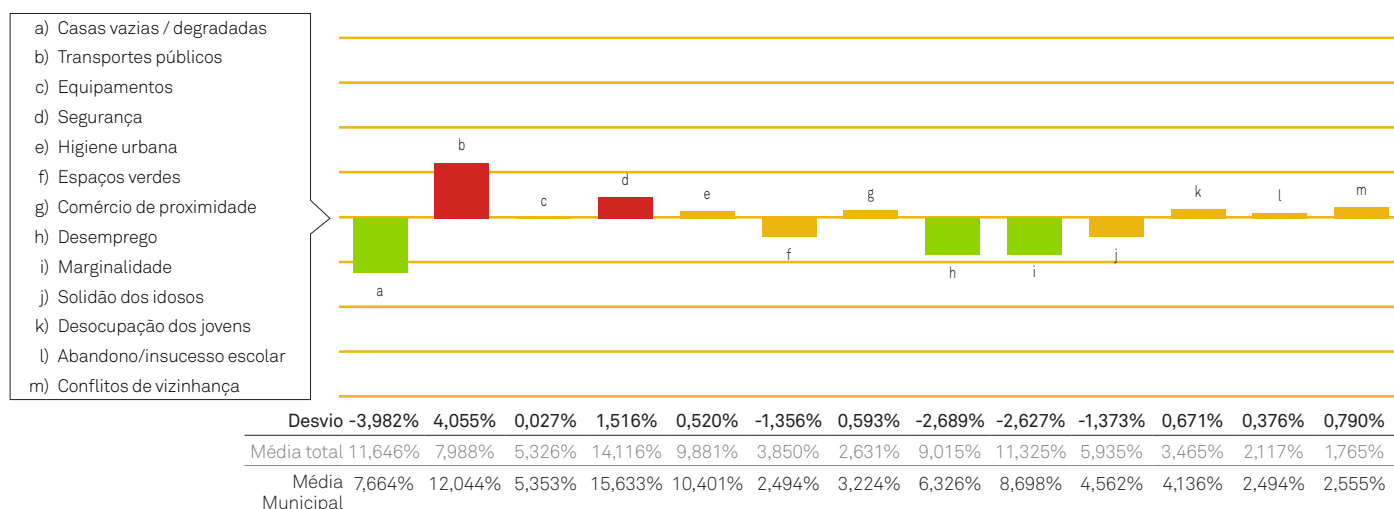
Os temas que mais preocupam os inquiridos são: transportes públicos, segurança e conflitos de vizinhança. Importa referir que apesar de manter uma expressão de respostas considerável o tema degradação do edificado tem um ligeiro decréscimo em relação à média geral da participação na cidade.

» Análise do desvio verificado nas respostas com origem em BIP/ZIP com esta tipologia face à média total dos inquiridos:

> Importância dos temas propostos (pergunta 3)



> 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



» Outro/Misto

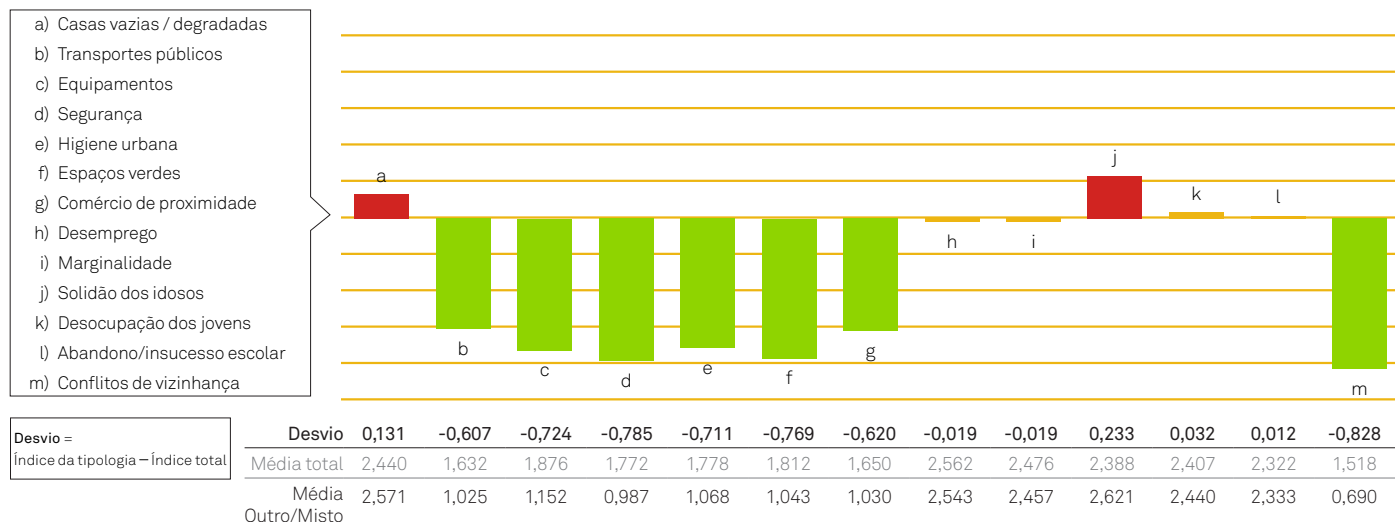
Universo de participação: 241 respostas, 23,2% do total dos inquiridos (com grande expressão do BIP/ZIP PRODAC com 122 respostas).

Verifica-se uma clara predominância nas preocupações sociais com excepção do tema conflitos de vizinhança. Temos assim uma grande preocupação com os seguintes temas: desemprego, marginalidade, solidão de idosos, desocupação dos jovens e abandono/insucesso escolar.

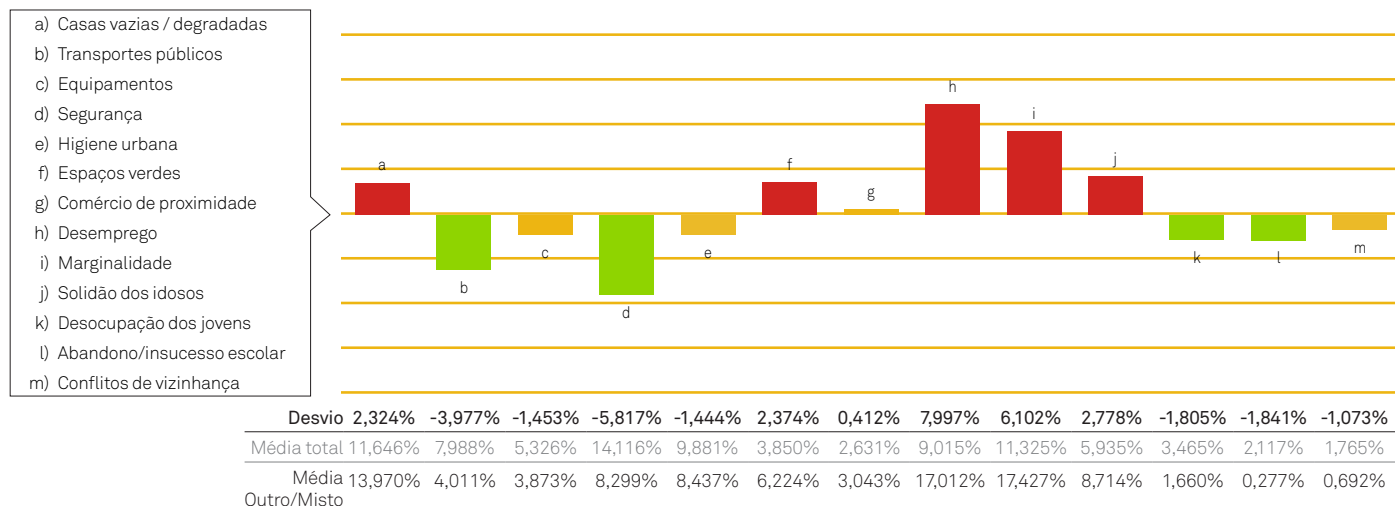
No que diz respeito às questões urbanísticas os níveis de participação demonstram uma grande preocupação com as casas vazias ou degradadas.

» Análise do desvio verificado nas respostas com origem em BIP/ZIP com esta tipologia face à média total dos inquiridos:

> Importância dos temas propostos (pergunta 3)



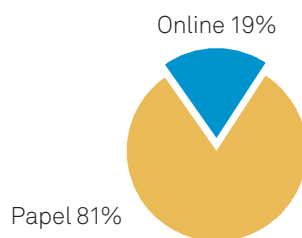
> 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



Total da tipologia AUGI

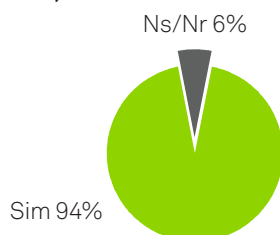
» Origem dos inquiridos

Online	6
Papel	26



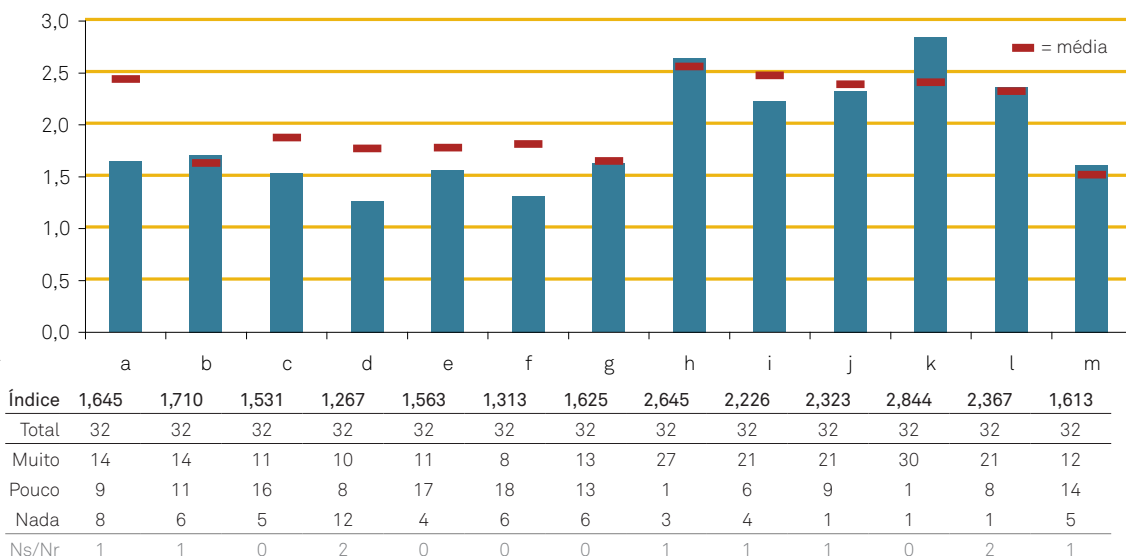
» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

Não sabe/ Não responde	2
Não concorda	0
Concorda	30



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)

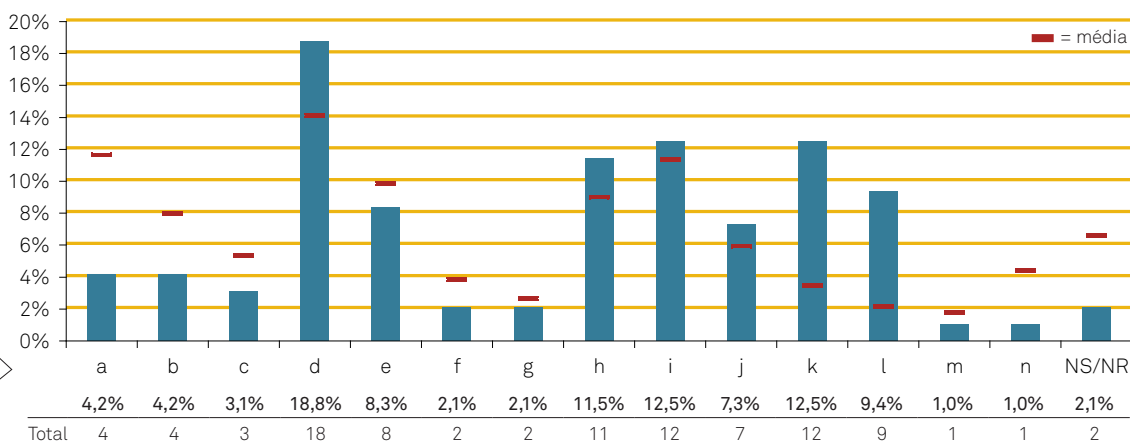
- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança



Índice:
= $\frac{3x \text{ Muito} + 1x \text{ Pouco} + 0x \text{ Nada}}{\text{Muito} + \text{Pouco} + \text{Nada}}$

» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)

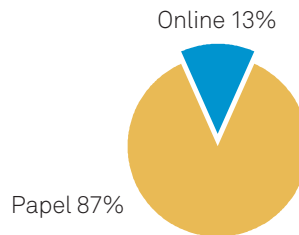
- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança



Total da tipologia Histórico

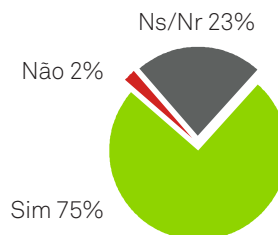
» Origem dos inquéritos

Online	18
Papel	116

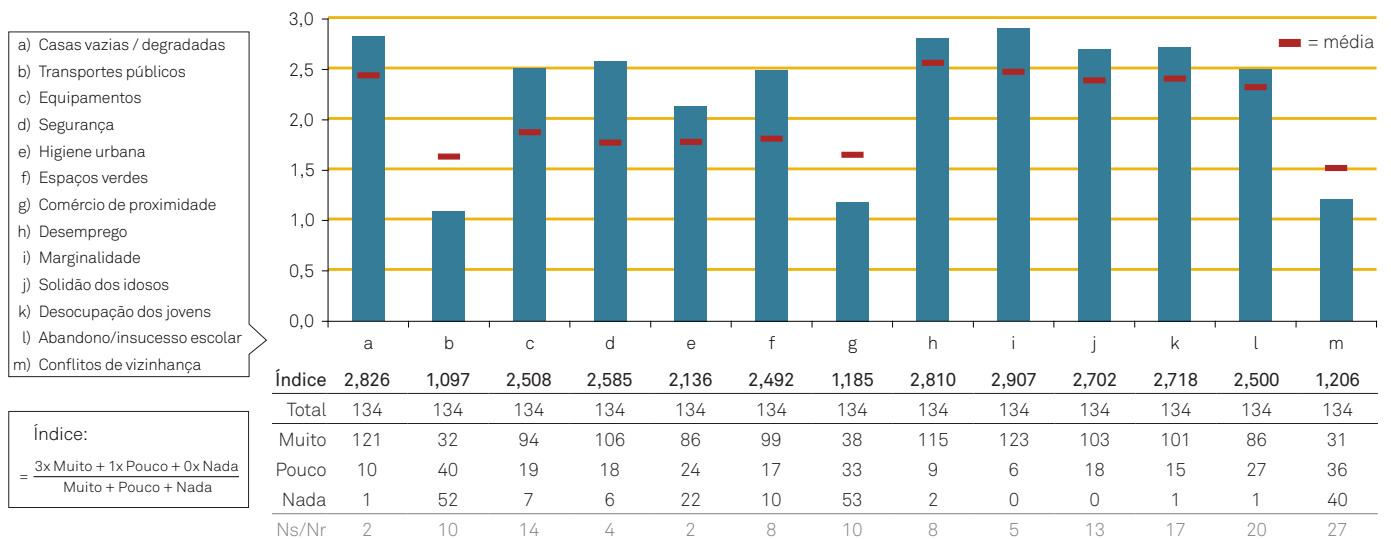


» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

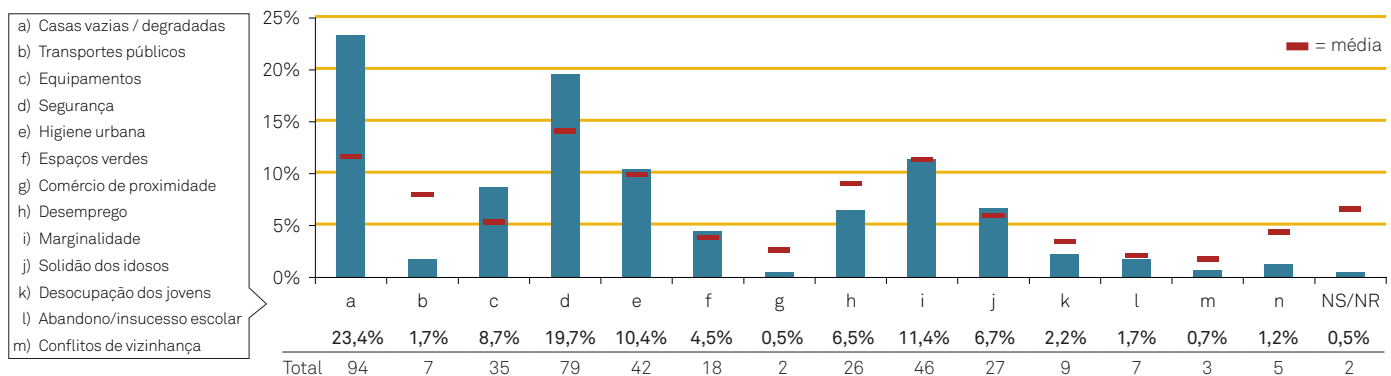
Não sabe/ Não responde	31
Não concorda	3
Concorda	100



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)



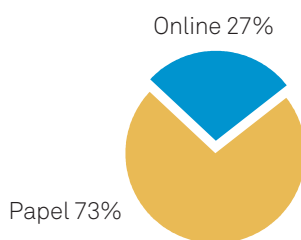
» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



Total da tipologia Municipal

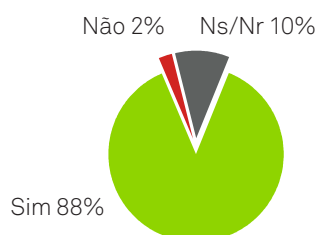
» Origem dos inquéritos

Online	150
Papel	398

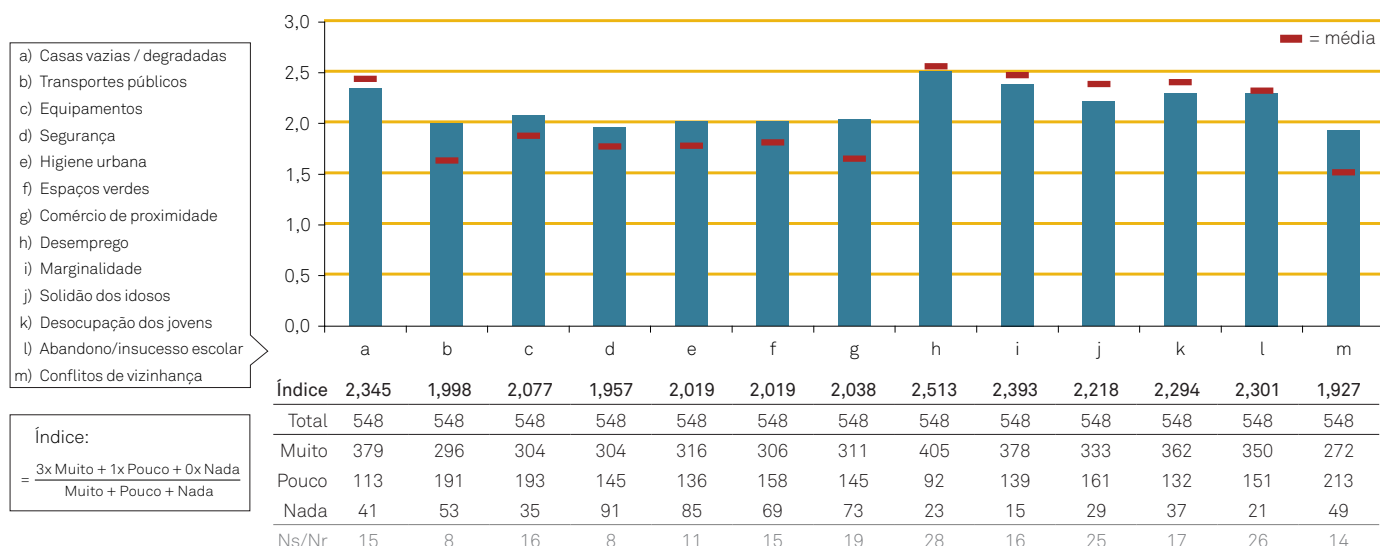


» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

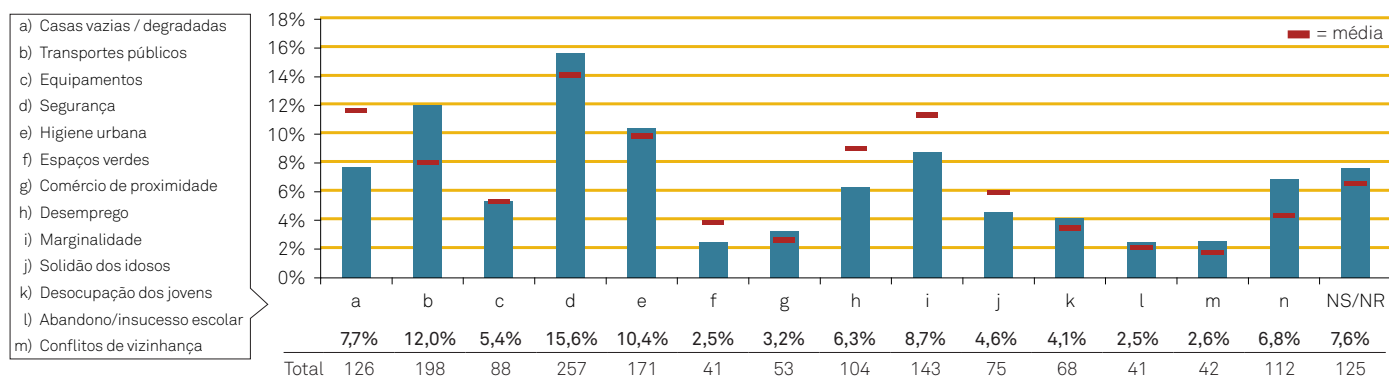
Não sabe/ Não responde	55
Não concorda	13
Concorda	480



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)



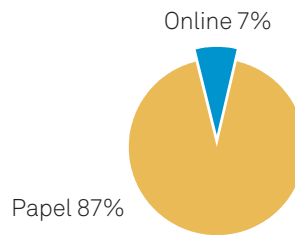
» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)



Total da tipologia Outro/Misto

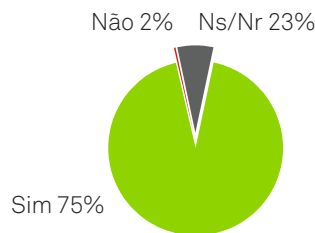
» Origem dos inquéritos

Online	18
Papel	223



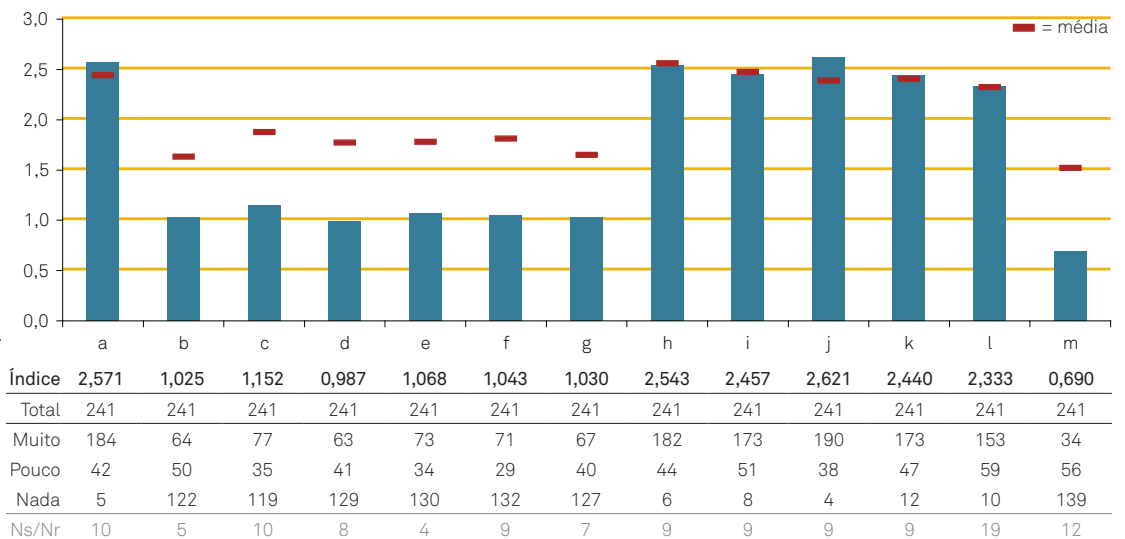
» Concordância com a carta dos BIP/ZIP (pergunta 5)

Não sabe/ Não responde	16
Não concorda	1
Concorda	224



» Importância dos temas propostos (pergunta 3)

- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança

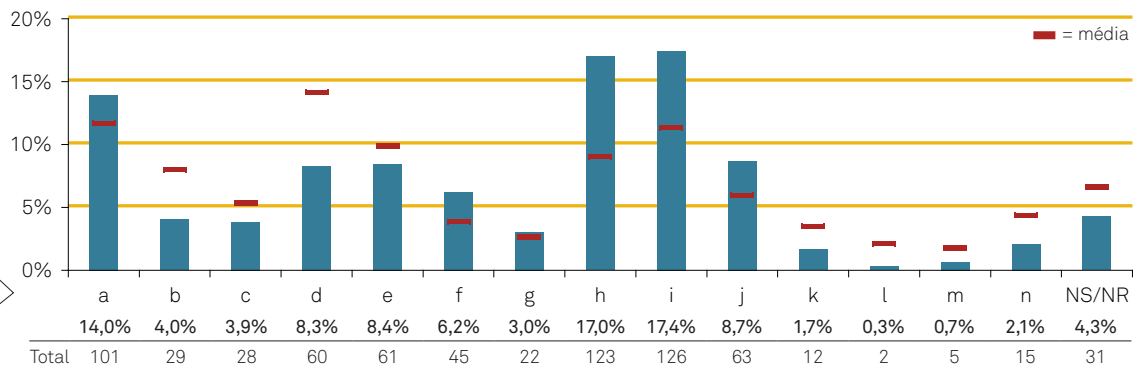


Índice:

$$= \frac{3x \text{ Muito} + 1x \text{ Pouco} + 0x \text{ Nada}}{\text{Muito} + \text{Pouco} + \text{Nada}}$$

» 3 temas que mais preocupam (pergunta 4)

- a) Casas vazias / degradadas
- b) Transportes públicos
- c) Equipamentos
- d) Segurança
- e) Higiene urbana
- f) Espaços verdes
- g) Comércio de proximidade
- h) Desemprego
- i) Marginalidade
- j) Solidão dos idosos
- k) Desocupação dos jovens
- l) Abandono/insucesso escolar
- m) Conflitos de vizinhança

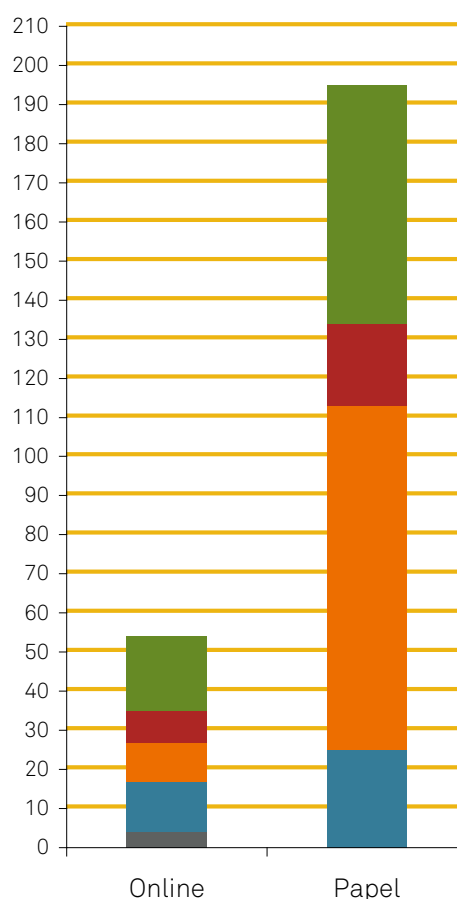


5.6. Comentários escritos

Foram recebidos 244 comentários escritos (79% em papel e 21% online), todos incluídos no Relatório da Consulta Pública. Este tipo de participação traz informação muito personalizada e detalhada sobre os assuntos que mais preocupam os habitantes de Lisboa. Os comentários foram analisados e classificados como: desabafos, identificação de problemas, sugestões, incentivo/concordância, cepticismo/discordância, questões metodológicas e outros. Cada comentário obteve por vezes mais de uma classificação. Da totalidade de comentários classificados, 66% são sugestões ou identificação de problemas, 8,7% são comentários de concordância/incentivo, 20,2% são desabafos ou manifestações de cepticismo e discordância e 5% incidem sobre questões metodológicas ou outras.

Distribuição por área de residência (dentro e fora de Lisboa), e pelas quatro zonas coincidentes com as sessões realizadas.

	Online	Papel
Centro	13	25
Oriente	19	61
Ocidente	8	21
Norte	10	88
Fora de Lisboa	4	0
Total:	54	195



Os 249 comentários encontram-se em anexo, editados de acordo com os seguintes critérios editoriais:

- Protecção de dados pessoais: como morada, email, contacto telefónico, etc;
- Apenas se editou o nome dos comentários assinados
- Exclusão de conteúdos racistas, xenófobos, difamatórios ou atentatórios da boa imagem dos visados.
- Exclusão de referências político-partidárias ou de mensagens pessoais

Para a análise dos comentários foi construída a seguinte grelha de classificação:

Df - desabafo

IP - identificação de problema

S - sugestão

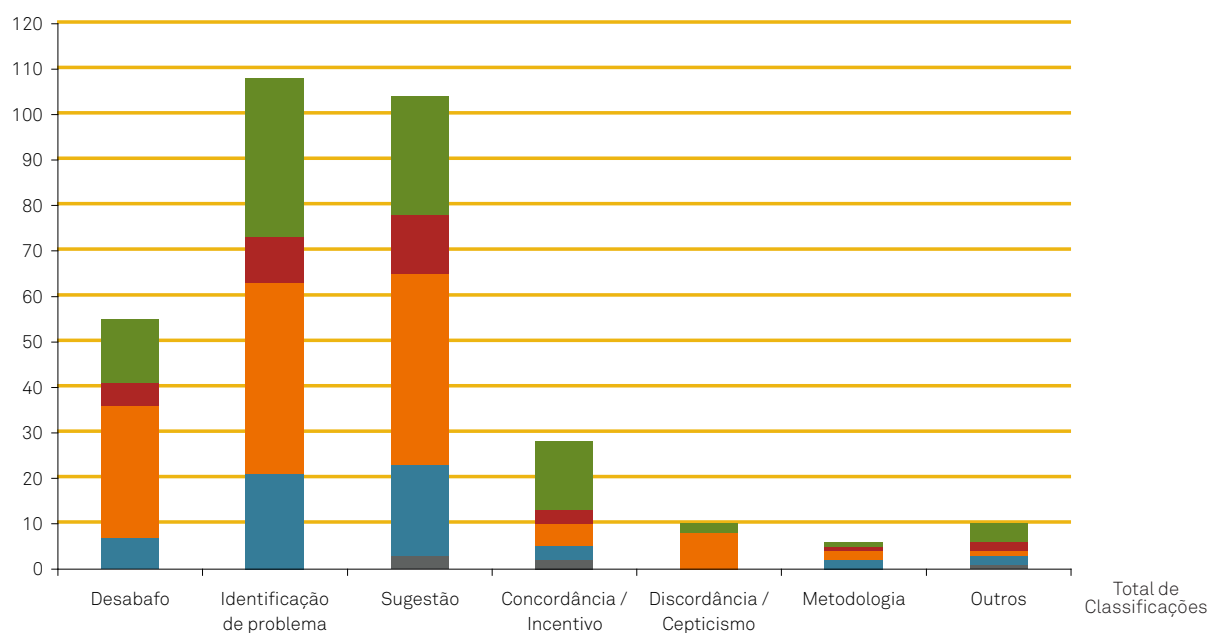
C - concordância/ incentivo

D - discordância/ cepticismo

M - questões metodológicas

O - Outros

Há que assinalar que um mesmo comentário pode ter mais de uma classificação genérica, pelo que o número de classificações é maior que o número total de comentários.



Fora de Lisboa	0	0	3	2	0	0	1	6
Centro	7	21	20	3	0	2	2	55
Norte	29	42	42	5	8	2	1	129
Ocidente	5	10	13	3	0	1	2	34
Oriente	14	35	26	15	2	1	4	97
Total:	55	108	104	28	10	6	10	321



» Comentários classificados como “Desabafos”

São comentários onde se exteriorizam algumas frustrações diárias dos habitantes da cidade de Lisboa, mas que não permitem a identificação de um problema em concreto.

Exemplo típico de “Desabafo” (comentário nº 40):

“Existem muitas falhas tanto na minha zona de residência como de trabalho, falta de comércio, serviços, estradas em mau estado, limpeza urbana e espaços verdes é nula, segurança nunca se vê polícia e temos um quartel da GNR ao pé, temos o SIS também mas devem ter só segurança para eles.

Muita marginalidade devidos ao rendimento mínimo, desocupação dos jovens, daí dedicarem se ao roubo e tráfico de droga, ser uma zona onde decidiram fazer o caixote do lixo da sociedade despejando literalmente todos os habitantes de (...) aqui, como se fosse um castigo que não merecemos com certeza.

Habito nas Galinheiras desde que nasci, mas tenho pena que ao fim de mais de 40 anos o estigma seja alimentado pelos governantes que tanto querem as igualdades de raças e credos, sendo eles os primeiros a fazerem guetos.

Sei que muito provavelmente não vou receber resposta do meu email, mas pelo menos desabafei a revolta que sinto, por ser Portuguesa.”

Comentários com classificação de “Desabafos”: 4, 10, 12, 13, 23, 25, 26, 32, 36, 39, 40, 63, 97, 98, 99, 100, 101, 122, 125, 140, 149, 150, 156, 169, 174, 184, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224 e 242.

» Comentários classificados como “Identificação de um problema”

São comentários que maioritariamente expressam o reconhecimento de um problema de uma forma muito concreta e até personalizada, sem identificar potenciais soluções.

Exemplo típico de “Identificação de Problema” (comentário nº 25):

“Junto envio a minha opinião sobre o estado de degradação em que se encontra o Bairro dos Olivais, onde moro há 42 anos.

Espaços verdes só quando chove. Lixo nas ruas é infundável.

Perto da antiga Piscina olivais um parque infantil não existe. Piscina nem pensar.

Na maioria das vezes tem de ser os moradores a reclamarem junto dos serviços da CML para que seja feita a limpeza das ruas e muitas vezes sem resposta

Pessoalmente já solicitei várias vezes para que fossem eliminadas as ervas daninhas que invadem ruas e passeios e não foi feito nada as ruas não são lavadas etc. etc.

Tenho pena de verificar como LISBOA é das Cidades mais sujas que tenho encontrado pelo país.

As pessoas responsáveis pela CML deveriam passear a pé pela cidade, mas fora das campanhas eleitorais.

Muito haveria para dizer, mas por agora agradeço a oportunidade.”

Comentários com classificação de “Identificação de Problema”: 2, 3, 4, 8, 9, 14, 16, 20, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 138, 139, 140, 143, 147, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 190, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 219, 220, 232, 236, 245 e 246.

» Comentários classificados como “Sugestão”

São comentários que contêm ideias, indicações e/ou medidas concretas, que entendem que devem ser desenvolvidas.

Exemplos típicos de “Sugestão” (comentário nº 11 e 15):

Atendendo a que se pretende promover a melhoria transversal da qualidade de vida de quem reside e trabalha nestes territórios, incluindo entidades não estatais ou predominantemente sociais e/ou educacionais (...) creio que temos todos a ganhar se incluirmos entre os parceiros de acção empresas e outros actores económicos locais ou com actividade nos vários territórios identificados.

Apresentando se como uma tarefa morosa e menos fácil, os resultados poderão ser mais sólidos e duradouros no sentido de “uma gestão de proximidade, inclusiva e intercultural, fomentando as boas práticas ambientais” e o exercício de uma cidadania crítica e activa. As obras são visíveis e imediatas, a conservação e manutenção do que é realizado já depende da educação/formação de cada um e a mudança de comportamentos ocorre mais lentamente e necessita de acompanhamento atento e permanente. São dois calendários distintos de intervenção mas que têm de estar sempre presentes, sob pena de abortarmos o objectivo da rota principal: AS PESSOAS.”

e “Com tantos pedidos de habitação, com muitas casas vazias espera de obras, porque não atribuem a quem esta disposto a fazer as obras necessárias. Estamos a trabalhar para pagar rendas de 500 600 euros para o bolso dos outros quando podia ser para o vosso.

Cumprimentos.”

Comentários com classificação de “Sugestão”: 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 24, 28, 31, 34, 35, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 66, 68, 70, 75, 76, 78, 80, 85, 88, 89, 96, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 130, 131, 132, 135, 136, 139, 141, 142, 145, 148, 151, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 180, 181, 182, 183, 185, 195, 196, 197, 199, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 247, 248 e 249.

» Comentários classificados como “Incentivo/ Concordância”

São comentários que expressam o seu apoio aos objectivos do programa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, e que por vezes exprimem incentivos à equipa ou à CML em geral.

Exemplo típico de “Incentivo/Concordância” (comentário nº 49):

“Como arquitecta paisagista a trabalhar na CML há 16 anos, considero esgotado o modelo convencional de intervenção na recuperação do espaço público.

A participação dos moradores torna se fundamental para que haja a devida apropriação do espaço.

E em particular nos bairros de PER, em que a permanência e utilização do espaço público, reflecte as características peculiares destes residentes.

Nestes casos, a desocupação constitui um recurso fundamental, e a prova disso foi o sucesso que o GCAL teve com o projecto “O meu bairro é a minha cara”.

Deposito as maiores expectativas nestes modelos de intervenção participada.”

Comentários com classificação de “Incentivo/ Concordância”: 2, 6, 17, 19, 32, 47, 49, 54, 67, 72, 84, 103, 107, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 142, 144, 155, 160, 173 e 218.

» Comentários classificados como “Cepticismo/ Discordância”

São comentários que manifestam críticas e dúvidas relativas aos objectivos e execução do programa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária.

Exemplo típico de “Cepticismo/Discordância” (comentário nº 205):

“O meu comentário é que este Bairro está abandonado pela Câmara e Junta. Eu vivo há 40 anos que dizem que as casas eram nossas porque fomos nós que as fizemos mas até á data continuamos todos na mesma por mais força que a Associação de Moradores se mexa é só promessas mas obras nada e já lá vai 40 anos de mentira”

Comentários com classificação de “Cepticismo/ Discordância”: 191, 205, 206, 212, 213, 215, 216, 217, 223 e 224.

» Comentários classificados como “Metodologia”

São comentários que abordam na forma de crítica, aspectos relacionados com a concepção e métodos do programa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária.

Exemplo típico de “Metodologia” (comentário nº 19):

“Concordo com o levantamento que foi efectuado aos bairros, relativamente às suas necessidades, mas espero que o mesmo não fique só pelo papel, conforme tudo aquilo, para os quais se fazem inquéritos, levantamentos, planos, estudos, etc, e nunca chegam a concretizarem, pois o valor pago por toda a envolvente do processo é tão exagerado, que normalmente nem chega para a concretização teórica. Lamento é que a maioria das populações que moram nestes bairros, não possam dar a sua opinião, por desconhecimento, ou porque não têm acesso ao sistema informático.”

Comentários com classificação de “Metodologia”: 17, 19, 65, 82, 137 e 146.

» Comentários classificados como “Outros”

São comentários que não se enquadram no âmbito das questões que formam o programa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, centrando-se maioritariamente em pedidos de informação ou esclarecimento, que encontram nesta consulta pública um meio para a sua expressão.

Exemplo típico de “Outros” (comentário nº 1):

“Efectuei um pedido de habitação no início do mês corrente, desejo ter acesso às listagens dos processos com seguimento e saber se consto na lista para poder organizar os documentos solicitados.”

Comentários com classificação de “Outros”: 1, 5, 18, 21, 41, 53, 123, 124, 154 e 170.

5.7. Conclusões

5.7.1. Conclusões gerais

As respostas ao inquérito revelaram um elevado grau de concordância com a Carta dos BIP/ZIP, com 87% de “sim”, 3% de “não” e 10% de “não sabe/não responde”.

A análise das respostas às perguntas do inquérito sobre os principais problemas dos BIP/ZIP permite dar uma imagem global das questões que os afectam e está detalhada neste relatório da consulta pública. Estes dados, bem como a caracterização individual de cada BIP/ZIP, são muito relevantes para preparar as regras de repartição da dotação orçamental do programa dos BIP/ZIP pelas diferentes operações locais a propor por Juntas de Freguesia, associações de moradores, colectividades e organizações não governamentais e respectivas parcerias.

Os 244 comentários escritos trazem informação muito personalizada e detalhada sobre os assuntos que mais preocupam os habitantes de Lisboa. Foram todos analisados e classificados, tendo sido encaminhados para os serviços municipais sempre que relevante. Algumas das sugestões e identificação de problemas serão tidas em conta no programa dos BIP/ZIP.

Do total de 76 respostas à questão específica da sugestão de novos bairros ou zonas para integrar a lista proposta de BIP/ZIP, 49 não foram consideradas por deficiente explicitação da localização, por se situarem fora dos limites do concelho de Lisboa, ou ainda por corresponderem a áreas que já constavam da Carta. Foram assim analisadas 27 propostas, de que resultaram as alterações que foram introduzidas na carta final dos BIP/ZIP.

5.7.2. Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária como um conceito aberto

O conceito de bairro é tão abrangente quanto o número de pessoas que o determinem. É um conceito que está na cabeça de cada um dos seus moradores, e que por essa razão pode assumir diferentes expressões territoriais. Pode assim ser entendido como um acto identitário de um singular com um grupo, que estabelece o seu território. É um sentimento de pertença, de união.

Estabelecer uma linha rígida, fechada, sobre um qualquer território, com a pretensão de gerar uma delimitação, é tão absurdo como ineficaz. Promove apenas o conflito com as diversas “delimitações mentais” que formam empiricamente um qualquer bairro ou zona da cidade. Torna-se contudo essencial, para actuar no território, ter uma forma de estabelecer onde “começa e acaba” um BIP/ZIP, sob pena de se cair numa indefinição que deita por terra todo o processo de identificação destas áreas prioritárias. Desta forma, o conceito de delimitação deve conter a flexibilidade suficiente para poder absorver “o conceito mental” de bairro, e ao mesmo tempo estabelecer a “extrema” da área de actuação.

As delimitações propostas na Carta final dos BIP/ZIP devem ser ajustadas e reajustadas de “dentro para fora” por todos os actores locais. Pretende-se assim uma Carta flexível, em que a delimitação é um **conceito aberto** e contínuo na procura, nos vários momentos, da escala de âmbito local deste programa.

Este conceito aberto traduz-se na necessidade da monitorização e actualização sistemáticas da Carta dos BIP/ZIP.

6. Referências bibliográficas

Todos os documentos, cartografia e deliberações elaborados no quadro do Programa Local de Habitação estão disponíveis no site do PLH, em <http://habitacao.cm-lisboa.pt>

Para a Carta dos BIP/ZIP são especialmente relevantes os seguintes documentos:

» **Deliberação 363/CM/1010, de 14 de Julho**

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1279293794L0aPM1lr8Bm43UY7.pdf>

» **Proposta de Carta dos BIP/ZIP sujeita a consulta pública**

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1278934997V6fFZ8jj3Bn71RN9.pdf>

» **Relatório “Metodologia de identificação dos BIP/ZIP”, Julho de 2010**

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1282045802P9tEK3ju0Xt58EY9.pdf>

» **Proposta Estratégica do PLH, Julho de 2009**

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1248428677U6iAF4zk0Ba36ZN9.pdf>

Os vídeos ou registos áudio com a reprodução integral das sessões públicas de debate realizadas na Consulta Pública da Carta dos BIP/ZIP estão igualmente disponíveis no site do PLH.

Agradecimentos

- > ISEL, Livraria Ler Devagar e Centro Social da Musgueira, pela cedência de salas para a realização de sessões públicas.
- > Aos CTT, pela cedência da georreferenciação dos códigos postais.
- > A todos os especialistas convidados para o workshop do dia 28 de Setembro, pelo contributo qualificado que trouxeram para o debate.
- > Aos técnicos dos diversos serviços da CML e da GEBALIS que integraram o grupo de trabalho dos BIP/ZIP.
- > A todas as organizações parceiras pela mobilização na divulgação, recolha de inquéritos e participação nas sessões públicas.
- > A todos os cidadãos que participaram na consulta pública, pelo enriquecimento que trouxeram ao programa dos BIP/ZIP.

Ficha Técnica

» Coordenação política

Vereadora Helena Roseta, pelouro da Habitação

» Coordenação técnica

Direcção Municipal de Habitação (DMH)

» Grupo de trabalho do Programa Local de Habitação/DMH

Teresa Ribeiro, arquitecta

Emília Velasco, historiadora

Maria Vitória, designer urbano

Rosa Leitão, arquitecta

Miguel Brito, arquitecto

» Gabinete da Vereadora Helena Roseta:

Rui Franco, arquitecto

André Ferreira, designer gráfico

Floresbela Pinto, assessora

Paula Marques, assessora